

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARIA ISABEL BORBA ALAMINI

**A DISCURSIVIDADE E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO: UM OLHAR SOBRE O PPP DA REDE
MUNICIPAL DE CRICIÚMA (SC)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade do
Extremo Sul Catarinense –
UNESC, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre
em Educação

Orientador: Prof. Dr. Gladir da
Silva Cabral

**CRICIÚMA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A318d Alamini, Maria Isabel Borba.

A discursividade e o projeto político pedagógico : um olhar sobre o APP da rede municipal de Criciúma (SC) / Maria Isabel Borba Alamini ; orientador: Gladir da Silva Cabral. – Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2016.

121 p. : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, SC, 2016.

1. Projeto político pedagógico. 2. Escolas municipais – Planejamento educacional. 3. Escolas municipais – Proposta pedagógica. 4. Análise do discurso. 5. Educação – Finalidades e objetivos. I. Título.

CDD. 22^a ed. 371.207

Bibliotecária Rosângela Westrupp – CRB 14º/364
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

MARIA ISABEL BORBA ALAMINI

**“A DISCURSIVIDADE E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO: UM OLHAR SOBRE O PPP DA REDE
MUNICIPAL DE CRICIÚMA (SC)”**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 18 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral
(Orientador - UNESC)



Prof. Dr. Gutemberg Alves Geraldes
Junior (Membro - SATC)



Profa. Dra. Angela Cristina Di
Palma Back (Membro - UNESC)



Prof. Dr. André Cechinel
(Membro - UNESC)

Prof. Dr. Alex Sander da Silva
(Suplente – UNESC)

Prof. Dr. Vidalceir Ortigara
Coordenador do PPGE-UNESC

Maria Isabel Borba Alamini
Mestranda

Agradeço a todos que, de uma maneira ou de outra, me acompanharam nesse percurso e me ajudaram a concretizar um sonho.

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Michel Foucault

RESUMO

Esta dissertação se propõe a analisar os discursos que circulam na elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Rede Municipal da Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, a fim de identificar as diferentes vozes que perpassam neste documento. Esta análise é fundamentada nas teorias de autores como Bakhtin, Pêcheux e Orlandi, apropriados pela Análise do Discurso (AD) da escola francesa. Entendendo que a educação e o ambiente escolar são espaços discursivos permeados de relações de poder, é objetivo desta pesquisa, através da análise de segmentos textuais selecionados e extraídos do PPP, interpretar os sentidos, inclusive políticos, que são atribuídos às falas dos responsáveis pela elaboração e implantação desse projeto. Analisar os discursos sobre educação, a partir da perspectiva da AD, pode ajudar a compreender as políticas educacionais e partidárias, historicamente entrecruzadas no cotidiano escolar. Não é de interesse dessa dissertação legitimar ou julgar uma determinada política de governo, nem apontar soluções para os problemas educacionais. Refletir sobre educação, à luz da AD, vai ajudar a encontrar os sentidos, as ideologias e a historicidade presentes indelevelmente nos discursos dos sujeitos inscritos nesse cenário.

Palavras-chave: Educação. Plano Político Pedagógico. Análise de Discurso. Discursos e Sentidos.

ABSTRACT

This dissertation aims at analyzing the Pedagogical Political Plan of Criciúma (SC) municipal schools in order to identify the different voices that echo in the pedagogical discourses. This analysis is based on the theoretical ideas of Bakhtin, Pêcheux, and Orlandi, in connection with the French school of Discourse Analysis. Focusing on textual segments selected from the PPP, the discourses and voices in the document will be identified and analyzed in order to explicit the meanings attributed to State and school politics, teachers, and students. The analysis of the pedagogical discourses from the perspective of Discourse Analysis can help to better understand the forms of subjugation to the official norms and laws, considering that into the PPP move regulation discourses and operational actions. My interest in this dissertation is not legitimizing or judging any specific governmental politics, nor proposing solutions to educational problems. The Discourse Analysis on the contrary, focus on the historicity of meanings and the opacity of language used by the authors of the PPP.

Keywords: Education. Pedagogical Political Plan. Discourse Analysis. Discourses and Meaning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Símbolo de Criciúma/SC	71
Figura 2 – Mapa do Brasil e do Estado de Santa Catarina	71
Figura 3 – Mapa e bandeira de Criciúma	72
Figura 4 – Organograma do processo de Construção do PPP	75
Figura 5 – Capa do PPP da Rede Municipal de Educação	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
DP	Discursos Pedagógicos
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDE-Escola	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa de Ensino de Jovens e Adultos
PT	Partido Trabalhista
SC	Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 DA LÍNGUA AO DISCURSO: UM ITINERÁRIO CONCEITUAL	25
3 ANÁLISE DE DISCURSO: UMA NOVA DISCIPLINA	31
4 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA ANÁLISE DO DISCURSO	39
4.1 TEXTO E CORPUS.....	47
4.2 DISPOSITIVOS E METODOLOGIA.....	47
4.3 A ANÁLISE DO DISCURSO E A SUA TIPOLOGIA.....	50
5 PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA E ORIGEM SOCIAL	55
5.1 MOVIMENTOS EDUCACIONAIS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO.....	55
5.2 A LDB E A PROPOSIÇÃO DA EXISTÊNCIA DO PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP).....	59
5.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: IMPOSIÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?.....	64
6 A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CRICIÚMA/SC E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	71
6.1 A CIDADE DE CRICIÚMA/SC.....	71
6.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	73
6.3 ELABORAÇÃO DO PPP DA REDE MUNICIPAL DE CRICIÚMA/SC.....	74
6.4 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....	76
7 ANÁLISE DE DADOS – RECORTES DE TEXTOS EXTRAÍDOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	79
7.1 A VOZ DO PREFEITO.....	80
7.2 A VOZ DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	85
7.3 A VOZ DO ASSESSOR.....	90
7.4 AS RAZÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP.....	100
7.5 A COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – COR E <i>SLOGAN</i>	103
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

1 INTRODUÇÃO

A Educação é responsável pela formação humana dos indivíduos, pela construção do conhecimento, pela propagação da cultura de um povo, pela sobrevivência da sociedade, como também pela socialização dos indivíduos. Historicamente, por meio dela se espera promover a ascensão e a inclusão social de todos os cidadãos. A educação é vista como um dos mais importantes setores para o desenvolvimento de uma nação e está vinculada à qualidade de vida e possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. No Brasil, discutida, analisada e reinventada em diversos períodos, passou por uma série de reformas que estão ligadas a plataformas políticas que estabelecem a educação como índice e dispositivo de desenvolvimento social, meio de divulgação de projetos políticos e até mesmo de propaganda eleitoral.

Sendo uma área fundamental para a sociedade, a educação e a escola têm sido objetos de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento, vistas de perspectivas diferentes, em uma busca incessante de se encontrar caminhos para entendê-la ou transformá-la. Os governos federal, estadual e municipal, por meio de leis e decretos, procuram estabelecer procedimentos unificados e básicos na busca da melhoria da educação nacional, com foco, ora no aluno, ora no professor.

Nesse cenário, sendo a escola um local onde a diversidade é uma constante, onde imperam as relações hierárquicas, a disciplina, a autoridade, encontra-se um campo fecundo para o aparecimento dos mais diversos discursos, com os mais diversos sentidos. Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) são espaços discursivos, dentro da escola, que têm nos seus pressupostos mais importantes a autonomia e a participação de todos os envolvidos no processo da educação.

Foi pensando nesse espaço que foi produzida esta dissertação intitulada “A discursividade e o Projeto Político Pedagógico - um olhar sobre o PPP da Rede Municipal de Criciúma (SC)”. As questões que se pretende discutir aqui estão ligadas às seguintes problematizações: que discursos circulam nos documentos oficiais da Secretaria da Educação da cidade de Criciúma (SC)? Que procedimentos e estratégias discursivas esses textos adotam? Para encontrar as respostas, este trabalho tem como objetivo analisar e interpretar os discursos pertinentes à educação pública municipal, partindo das vozes dos responsáveis pela elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Criciúma (SC), em 2004.

Levando-se em consideração a necessidade de encontrar caminhos na busca dessas respostas, esta pesquisa tem como objetivos específicos:

- Identificar os diferentes significados da linguagem, na visão de diversos autores, entendendo o discurso além da abordagem linguística;
- Identificar e conceituar os elementos constitutivos do discurso, que compõem a teoria da Análise do Discurso;
- Entender a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos, segundo a LDB;
- Conhecer a construção constitucional do PPP da Rede Municipal de Criciúma (SC), de 2004
- Recortar fragmentos de textos, extraídos do PPP, que podem dar pistas, que possibilitem analisar e entender o funcionamento do discurso no PPP;
- Analisar os recortes de textos seguindo os conceitos da AD para entender a construção discursiva do PPP;
- Analisar, por meio da AD, o papel político implícito no discurso do PPP.

Para uma melhor compreensão, é importante entender o papel e a posição dos PPPs dentro do ambiente educacional. Conforme orientação do Governo Federal, com base na Lei de Diretrizes e Base (LDB), nº 9.394, o Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado em um trabalho conjunto envolvendo a coletividade, docentes e discentes. Nessa perspectiva, o PPP propõe a reflexão e a discussão crítica sobre os problemas da sociedade e da educação, com a intenção de encontrar alternativas que possam intervir na realidade. Dessa forma, ao se colocar como espaço de construção coletiva, esse documento deve direcionar sua constituição para consolidar e cumprir o seu papel na socialização do conhecimento, definindo qual o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. Assim, o PPP abriga uma formação discursiva que estabelece a responsabilidade da própria instituição escolar e de todos os envolvidos no processo educativo.

Sendo historicamente um ambiente de tensões e de disputas, a escola abre espaço para uma multiplicidade de discursos que podem ser analisados, no caso desta dissertação, à luz da teoria da Análise do Discurso (AD) da linha francesa. O que se pretende investigar aqui é a construção discursiva presente no PPP da Rede Municipal de Educação de Criciúma (SC), com o propósito de compreender o funcionamento

desses discursos. Dessa forma, o PPP passa a ser o *corpus* dessa pesquisa.

Sendo assim, a Análise do Discurso, que nas palavras de Orlandi (1994, p. 55), "tem seu ponto de apoio na reflexão que produz sobre o sujeito e o sentido, um relativamente ao outro, já que considera que, ao significar, o sujeito se significa", se apresenta como uma das possibilidades de compreender o fenômeno da linguagem e as variadas funções e movimentos do discurso. Uma vez que, para a AD, a interpretação é um dos aspectos mais importantes da análise, a pergunta crucial na sua essência é: o que o texto significa? Outro ponto fundamental na Análise de Discurso é a noção de que todo texto sempre fala muito mais do que aparenta ou gostaria de falar, pois a superfície discursiva vem carregada de material produzido pelo inconsciente do sujeito falante.

Não é interesse desta pesquisa analisar a linguagem como um sistema de códigos e regras, mas sim pensar na linguagem como um fenômeno social de interação verbal, carregado de interpretações desencontradas, de incompletude, de ideologias e de história. Pela análise do discurso, percebe-se que é impossível nos separarmos dos equívocos e da opacidade da linguagem. Orlandi declara que não há neutralidade nos mais simples dos signos usados no cotidiano, que não há imparcialidade nas relações e que a entrada no simbólico é irremediável e permanente, porque estamos comprometidos com as ideologias, os sentidos e o político (ORLANDI, 1999).

Outro ponto importante é relembrar que a pesquisa é um processo formal e sistemático, baseado em referenciais teóricos de autores reconhecidos e em metodologias científicas, de busca por respostas a questionamentos. Esses questionamentos surgem com o propósito de alcançar novos conhecimentos para que sejam compartilhados com a comunidade acadêmica, em benefício da sociedade. Inerente, também, à pesquisa é o planejamento, para que se obtenham informações confiáveis e adequadas aos objetivos almejados e para que sejam feitas análises criteriosas e dentro da cientificidade.

Como parte do planejamento, a escolha da metodologia é outro passo de grande importância no trabalho científico. Ela deve se ajustar aos propósitos da investigação, de maneira que conduza o pesquisador por um caminho seguro, respeitando o rigor acadêmico. O importante é que o método a ser utilizado se adapte e sirva aos objetivos da pesquisa que está sendo realizada. A Análise de Discurso, cujos conceitos são fundamentais para esse trabalho, no entanto, ressalta que não há, para essa ciência, uma metodologia única e nem específica a ser utilizada,

pois o discurso é calcado em movimentos dialógicos, repletos de situações interpretativas e subjetivas.

Nesta proposta de pesquisa, a metodologia mais apropriada é a documental, que busca a análise de documentos que ainda não foram analisados ou que dão margem a outros tipos de interpretações complementares. Este tipo de pesquisa se fundamenta na análise do contexto, da função do(s) autor(res), da autenticidade e confiabilidade do texto-objeto e os conceitos que fundamentam a problematização.

Ainda pensando em metodologia, pode-se dizer que a abordagem da pesquisa é de caráter qualitativo, levando-se em conta que esse tipo de abordagem se preocupa com a compreensão e a interpretação dos fenômenos sociais e seus significados. Requer, também, uma compreensão do contexto e do texto analisado, para que se possa entender e acompanhar a apropriação do documento pesquisado. Para Bakhtin (1992), a língua é uma entidade viva, um instrumento de mediação perpetuado no tempo, que se transforma no falar e agir humanos. Por isso, a linguagem se caracteriza como um fenômeno eminentemente social e constitutivo de toda manifestação cultural.

Partindo desse pressuposto, o Projeto Político Pedagógico se apresenta como um documento que tem uma proposta sócio-cultural, que exige o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, pais e a comunidade como um todo. A prática de construção de um Projeto Político Pedagógico deve estar amparada por concepções teóricas sólidas e deve supor o aperfeiçoamento e a formação de seus agentes. O PPP deve, de fato, mostrar a escola com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nessa perspectiva, ao se colocar como espaço de construção coletiva, esse documento deve propor uma reflexão e provocar uma discussão crítica sobre os problemas da sociedade e da educação, a fim de encontrar caminhos para uma revolução social.

Para exemplificar, fortalecendo a importância da pesquisa sobre a construção e implantação do PPP, pode-se citar o livro de Ilma Passos Alencastro Veiga: **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção Coletiva** (2006) e a dissertação de Rose Margareth Reynaud: **Projeto Político Pedagógico escolar: Instrumento de Mudança ou a Própria Mudança? A escola do Ceará, uma experiência a ser compartilhada** (2009). Essas dissertações, pela suas relevâncias, servem de fonte teórica para essa pesquisa.

Importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Criciúma (SC) foi construído dentro dos preceitos e

normas descritas pela LDB. O PPP municipal analisou a realidade local, suas necessidades e com base nelas elaborou o documento.

No capítulo 2 desta dissertação, com o intuito de atender os objetivos desta pesquisa, é apresentado um itinerário histórico-conceitual, que distingue as diferentes definições de língua, segundo a visão de diferentes autores. Neste caminho, o estudo da linguagem se transforma e chega na Análise de Discurso da linha francesa, que se apresenta como uma nova teoria, apresentada no capítulo 3 e, como já citado, base teórica dessa dissertação.

No capítulo 4, num outro momento deste trabalho, são citados autores como Bakhtin, Pêcheux e Orlandi, entre outros, com conteúdos fundamentais para o entendimento da Análise de Discurso, como também são apresentados os elementos constitutivos dessa área de estudo: a linguagem.

Na sequência, capítulo 5, após apresentar o processo de construção do PPP da Rede Municipal, e após a apresentação da cidade de Criciúma (SC), no capítulo 6, é dado início à análise de dados da pesquisa, sob o prisma teórico da AD. A análise, propriamente dita, no capítulo 7, é feita por meio de segmentos textuais, selecionados e extraídos do PPP, nos quais serão identificados os discursos e as vozes dos responsáveis pela elaboração desse documento, identificando os sentidos que lhes foram atribuídos.

Sem a intenção de legitimar nem de combater nenhuma política de governo, nem com o objetivo de encontrar soluções imediatas para os problemas educacionais, este trabalho busca investigar a forma como são construídos os discursos na elaboração e implantação do PPP. Portanto, explicitando a atual dinâmica do PPP, com base na teoria da Análise de Discurso, procuro responder ao seguinte questionamento: Quais as vozes e discursos que aparecem no Projeto Político Pedagógico, da Rede Municipal de Criciúma, implantado em 2004?

2 DA LÍNGUA AO DISCURSO: UM ITINERÁRIO CONCEITUAL

A linguagem é uma ferramenta que sempre esteve presente nas relações sociais e está inserida no desenvolvimento das potencialidades e do conhecimento do ser humano. Segundo Neves (2002, p. 17), “por natureza racional dotado de linguagem, o animal homem estrutura seu pensamento em cadeias faladas.” É por meio da linguagem que a humanidade escreve a sua história, media sua relação com a realidade e interage com os grupos que a integram. Nas palavras de Perini (2010, p. 2), “observemos que qualquer sociedade minimamente complexa só pode funcionar, e mesmo surgir, através do uso intensivo da linguagem.”

Nesse sentido, pode-se dizer que a linguagem se estabelece por meio de um tripé formado pela realidade, pela história do sujeito falante e pelo meio social do qual ele faz parte. Perini (2010, p. 2) diz que “o que chamamos uma ‘língua’ é, assim, uma das realizações históricas da capacidade humana para a linguagem. E cada língua é profundamente enraizada na cultura que serve.”

Muitos estudiosos, de diversas e diferentes culturas, se debruçaram sobre a língua, tentando desvendar seus mistérios, procurando relacioná-la com o ser humano, enquanto partícipe de uma sociedade em transformação. Dessa forma, pode-se dizer que houve um percurso na construção nos estudos da linguagem, no qual, a Análise do Discurso da linha francesa e foco desta dissertação tem um momento marcante. Nas palavras de Brandão (2003, p. 1), a AD “atingiu sua maturidade teórica e metodológica e se consolidou como disciplina no cenário dos estudos de linguagem, deslocando-se, por assim dizer, da periferia para o centro.”

Nos estudos linguísticos, há diversas correntes quanto ao entendimento do que venha a ser linguagem. Um desses caminhos leva a olhar a língua enquanto um sistema de signos ou como um sistema com regras formais. Por gramática normativa entende-se, conforme Neves (2002, p. 21), “um sistema regulador da combinação de elementos linguísticos constituindo o modelo da combinação de gêneros.”

Outro momento decisivo no estudo da linguagem foi no final do século XIX e começo do século XX. Nas palavras de Brandão (2003, p. 1):

[...] a linguística viveu, na primeira metade do século passado, um período eufórico em que

exerceu o papel de ciência piloto das ciências humanas, fornecendo a partir do modelo fonológico uma espécie de passagem para as ciências humanas.

Quando o pesquisador suíço Ferdinand de Saussure, delimitou a língua como um objeto de pesquisa e entregou aos linguistas um método, o estruturalismo, ele concebeu a língua (*langue*) como um “fenômeno social” e a definiu como um “sistema de signos”, isto é, um conjunto de unidades, aceitas por uma convenção social, que se relacionam entre si de forma organizada dentro de um todo. Leite (2009, p. 220) afirma que “a noção adotada por Saussure aponta para a língua como um sistema, ou seja, uma estrutura formal passível de classificação em elementos mínimos, que compõem o todo.”

No entanto, a teoria de Saussure, no início do século XX, já apresentava uma separação conceitual, em que língua e linguagem eram diferenciadas. O entendimento da língua como um instrumento de comunicação e um conjunto de convenções, possibilitando o exercício da linguagem pelos indivíduos numa sociedade, é uma das rupturas da linguística saussuriana em relação aos conceitos anteriores descritos pelos gramáticos do século XIX. Segundo Saussure:

[...] a língua não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela. É ao mesmo tempo, um produto social de faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. A linguagem é multiforme e heteróclita; a língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo (LEITE, 2009, p. 219).

Dessa forma, os estudos linguísticos foram, durante um bom tempo, delimitados pela dicotomia língua/fala, com ênfase na língua como sistema organizado e fechado. Para Brandão (2003, p. 1), Saussure “definia dois objetos científicos distintos, o de uma ‘linguística da língua’ que ele passa a examinar e o de uma ‘linguística da fala’ que ficava para ser explorada.”

Consequentemente, com o reconhecimento da dualidade na linguagem, “os estudiosos passam a buscar uma compreensão do

fenômeno da linguagem, não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível também situado fora do estritamente linguístico.” (BRANDÃO, 2003, p. 2).

Esse novo olhar sobre a língua, desvinculando-a de regras rígidas e padrões pré-estabelecidos, dando a ela o *status* de entidade calcada na comunicação e no diálogo, foi resultado do reconhecimento de que “uma linguística imanente que se limitava ao estudo interno da língua não dava conta do seu objeto.” (BRANDÃO, 2003, p. 2). Dessa forma, os estudiosos passaram a buscar um entendimento diferente do fenômeno linguístico. A ideia de Saussure é questionada pelos sociolinguistas, que segundo Downes (*apud* FAIRCLOUGH, 2001, p. 90):

[...] argumentam que a variação no uso de linguagem é sistemática e acessível ao estudo científico e que aquilo que o torna sistemático é a sua correlação com variáveis sociais: a língua varia de acordo com a natureza da relação entre os participantes em interações, o tipo de evento social, os propósitos sociais das pessoas na interação e assim por diante.

Essa ideia de linguagem ligada ao social e ao gênero¹ foi amplamente difundida pela teoria bakhtiniana. Para Bakhtin (1992, p. 279),

[...] a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

É importante dizer que a parte teórica que Saussure afasta do seu estudo é justamente o que atrai Bakhtin, isto é, a linguagem em seu funcionamento no ambiente social. Para Bakhtin (*apud* LEITE, 2009, p. 219), “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal

¹ Gênero: Para Bakhtin, os gêneros são tipos “relativamente estáveis” de enunciados elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana (MARCUSHI, 2002).

concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual dos falantes.”

Dessa forma, a linguagem passa pelo sujeito que, sendo um dos agentes das relações sociais, é responsável pela composição do discurso, numa relação sempre dialógica. É com base nessa teoria do dialogismo, uma das características do pensamento bakhtiniano, que se pode estudar qualquer tipo de enunciado: o discurso interior, o monólogo, a comunicação diária, os vários gêneros de discurso, a literatura, qualquer manifestação cultural. Nas palavras de Di Fanti (2003, p. 98), “tratar do dialogismo é, por um lado, descartar qualquer possibilidade de limitação e redução dos sentidos, e, por outro, preservar as ressonâncias de outros ditos, já-ditos e/ou não-ditos na linguagem.”

Na elaboração desse diálogo, o sujeito faz uso de conhecimentos e enunciados anteriores interligados com o seu contexto social, seu contexto histórico e ideológico. Segundo Bakhtin (1992, p. 41), “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais e seus domínios.”

Nos anos 60, “[n]a conjuntura teórica da França, [...] em um momento em que emerge o sentimento dos limites e do relativo esgotamento do estruturalismo nasce a AD.” (BRANDÃO, 2003, p. 5), novo olhar sobre a linguagem que rompe, de alguma maneira, com alguns conceitos anteriores. A contribuição de Pêcheux (2001, p. 52), um dos pioneiros dessa nova teoria foi, conforme Fairclough, “desenvolver a ideia de que a linguagem é uma forma material da ideologia fundamentalmente importante.” Dessa forma, a Análise de Discurso diz que os textos podem ser interpretados de formas diferentes, dependendo do contexto do leitor. Para Fairclough (2001, p. 57), “o objeto de análise são textos linguísticos, que são analisados em termos de sua própria especificidade.”

Sendo assim, as questões que circundam a linguagem passam a ser pautadas nas relações entre a história, o sujeito e a fala. Segundo Orlandi (2003, p. 6), “a grande questão é a relação da estrutura com a história, do indivíduo com o sujeito, da língua com a fala, assim como interroga a interpretação.”

Conclusivamente, a pluralidade de análises, tendo como objeto a linguagem, baseadas em teorias distintas e diversas, permite pensá-la como um fenômeno social de interação verbal carregada de interpretações conflitantes, de incompletudes, de ideologias, de história, elementos que oportunizam a análise do discurso como abordagem possível do fenômeno linguístico. Nas palavras de Orlandi (2013, p. 15), “é pensando que há muitas maneiras de significar que os estudiosos

começaram a se interessar pela linguagem de uma maneira particular, que é a que deu origem à análise do discurso.”

E é nesse cenário, vendo a língua além dos horizontes limitadores, que a Análise de Discurso constrói seu próprio objeto de estudo: o discurso.

3 ANÁLISE DE DISCURSO: UMA NOVA DISCIPLINA

A linguagem é uma construção social que se manifesta de maneira processual nas interações grupais, nos discursos e nas instituições que compõem a sociedade. Através dos tempos, muitos foram os modos do ser humano se comunicar. Segundo Neves (2002, p. 17), “por natureza racional, dotado de linguagem, o animal homem estrutura seu pensamento em cadeias faladas.” As relações dos homens em sociedade, nem sempre pacíficas, são intermediadas pelo uso da linguagem em suas mais intrincadas nuances.

A linguagem é uma ferramenta que auxilia o ser humano a desenvolver suas potencialidades e a aumentar seus conhecimentos. Por meio dela, o indivíduo escreve a sua história, se posiciona em relação à realidade e se relaciona com os grupos que integra. Nesse sentido, pode-se dizer que a linguagem se estabelece por meio de um tripé formado pela realidade, pela história do sujeito falante e pelo meio social do qual ele faz parte. Nas palavras de Silva (2005, p. 16): “Por meio da linguagem, o homem transforma a realidade em que vive e a si mesmo. O homem constrói a existência humana, ou seja, confere-lhe sentido.”

Como visto no capítulo anterior, há diversas visões quanto ao entendimento do que venha a ser linguagem. Um desses caminhos nos leva a olhar a língua enquanto “um sistema regulador da combinação de elementos linguísticos constituindo o modelo da combinação de gêneros.” (NEVES, 2002, p. 21), a gramática. Outro caminho seria a linguística, “que visa descrever e explicar a linguagem verbal humana.” (ORLANDI, 2009, p. 9).

Entretanto, a pluralidade de análises, tendo como objeto a linguagem, baseadas em teorias distintas e diversas, permite pensá-la como um fenômeno social de interação verbal carregada de interpretações conflitantes, de incompletudes, de ideologias, de história, elementos que oportunizam a análise do discurso como abordagem possível do fenômeno linguístico. Para Eni Orlandi (2013, p. 15), “é pensando que há muitas maneiras de significar que os estudiosos começaram a se interessar pela linguagem de uma maneira particular que é a que deu origem à análise do discurso.”

A AD nasce na França, nos anos 1960, num contexto de multiplicidade de teorias e de efervescência política (Maio de 1968),²

² Maio de 1968: movimento, na França que se tornou ícone de uma época em que a renovação dos valores veio acompanhada pela proeminente força de uma

“no auge do estruturalismo como paradigma de formatação de mundo.” (FERREIRA, 2005, p. 1). Nesse período, os estudos linguísticos estavam centrados no estudo interno da língua, um sistema rígido, sem “o reconhecimento de uma dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter, ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas, sociais e históricas.” (BRANDÃO, 2003, p. 2).

Duas obras aparecem como inaugurais no campo da Análise de Discurso: o discurso de encerramento do Colóquio de Lexicologia Política Saint Clous, em abril de 1968, intitulado “Lexicologia e Análise do Enunciado”, proferido por Jean Dubois e a publicação do livro **Análise Automática do Discurso**, em 1969, por Michel Pêcheux (*Analyse Automatique du Discours*). Para Dubois (*apud* BRANDÃO, 2003), a AD passa do estudo das palavras para o estudo do enunciado, numa maneira “natural”, permitida pela linguística. Pêcheux, no entanto, filósofo por formação, entendeu que a filosofia sozinha não teria forças no universo científico. Para Baquero (2001, p. 13), “Michel Pêcheux foi um filósofo de formação, não um filósofo qualquer, mas um filósofo convencido de que a prática tradicional da filosofia, no que diz respeito às ciências, estava (está) desprovida de sentido.”

Dessa forma, Pêcheux procurou construir um objeto de estudo que pudesse dar às ciências humanas legitimidade científica. Segundo Brandão (2003, p. 5), “em Pêcheux, a análise de discurso é pensada como uma ruptura epistemológica em relação ao que se fazia nas ciências humanas, articulando a questão do discurso com as do sujeito e da ideologia.” Essa ruptura com o lado estruturalista da língua e do campo ideológico das ciências sociais faz nascer a teoria da análise do discurso, interessada, primeiramente, na análise do discurso político. Segundo Maria Cristina L. Ferreira (2005, p. 2):

Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visava combater o excessivo formalismo linguístico então vigente. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD buscava desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a linguística.

cultura jovem. Pode ser visto como uma revisão dos costumes, feita por lutas políticas, obras filosóficas e a euforia juvenil (PIACENTINI, 2008).

Dessa maneira, a AD de Pêcheux rompe com o enraizamento ideológico da época, estabelecendo as relações no discurso entre língua, sujeito e história, entre língua e ideologia. Nas palavras de Kronka (2003, p. 590), “Michel Pêcheux, ao propor uma teoria da significação fundada numa posição materialista do discurso, ressalta a preocupação demasiada dos lógicos em tentar estabelecer uma relação transparente e direta entre linguagem e conhecimento.” Nessa nova perspectiva teórica, é possível destacar o discurso como o objeto a ser analisado e pensar nos instrumentos para analisá-lo. Para Brandão (2003, p. 6), em Pêcheux “encontra-se a teorização de um objeto novo, cujos procedimentos, que permitiam apreendê-lo, colocam em relação um dado estado das condições de produção e processos de produção do discurso.”

A AD circula por três campos disciplinares: a linguística, o materialismo marxista e a psicanálise, sem, no entanto, fixar-se neles. Segundo Caregnato e Mutti (2006, p. 680), a Análise do Discurso é:

Uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da lingüística, do materialismo histórico e da psicanálise. Essa contribuição ocorreu da seguinte forma: da linguística deslocou-se a noção de fala para discurso; do materialismo histórico emergiu a teoria da ideologia; e finalmente, da psicanálise veio a noção de inconsciente que a AD trabalha com o de-centramento do sujeito.

Os focos diferentes, com autores diferentes e contextos diferentes, partindo de diversas correntes e teorias tradicionais, têm no discurso o seu ponto de intersecção. Não o discurso neutro, sem a intenção de refletir sobre o mundo e as ideias, mas o discurso como fator preponderante na construção da vida em sociedade. “O efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social.” (PÊCHEUX, 2002, p. 45).

Ao contrapor a base linguística ao processo discursivo, Pêcheux destaca que todo o sistema de língua, enquanto conjunto de estruturas rígidas e formal é também dotado de uma estrutura particular e autônoma, com normas específicas que dão origem aos processos discursivos. Pode ser percebida a intencionalidade da busca de autonomia da “nova” disciplina quando se percebe a recusa em permear

os mesmos caminhos das outras ciências, incluindo a linguística. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 11), “ao mesmo tempo em que pressupõe a Linguística, a AD abre um campo de questões no interior da própria Linguística e que refere o conhecimento da linguagem ao conhecimento das formações sociais.” Dessa maneira, a Análise do Discurso trabalha com os processos discursivos, com as condições de produção de linguagem, com instrumentos que possam aferi-la e sua relação com a história.

Ainda com base nos estudos de Pêcheux, “contrapondo-se a uma filosofia idealista da linguagem atravessada pela evidência da existência espontânea do sujeito como fonte, origem ou causa em si.” (BRANDÃO, 2003, p. 6), a nova noção de sujeito para a AD é determinada pela posição de onde se fala. E o sujeito fala de uma formação discursiva (FD),³ regida por uma formação ideológica (FI)⁴. Dessa maneira, nas palavras de Brandão (2003, p. 6), “um sujeito marcado por uma forte dimensão social, histórica, que na linguagem é balizada pela FD que define ‘o que pode e deve ser dito por um sujeito.’”

Depois de 1975, a AD passa por uma nova fase, e a noção de formação discursiva é reconsiderada. Essa transformação teórica nasce do reconhecimento de que uma FD não é um espaço estrutural fechado, “pois está em relação paradoxal com seu exterior ao ser constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs), que se repetem nela sob a forma de pré-construído e de discursos transversos.” (PÊCHEUX, *apud* Brandão, 2003, p. 7). Surge, então, o conceito de interdiscursividade, que compreende, fundamentalmente, os sujeitos, a situação e a memória.

Outro teórico, o filósofo russo Mikhail Bakhtin também teve suas ideias assimiladas pela análise do discurso, em função de sua concepção

³ Formação Discursiva (FD): “conceito proposto inicialmente por M. Foucault e, posteriormente, para a AD de M. Pêcheux, torna-se indissociável da noção de interdiscurso. O discurso não pode mais ser visto fora das condições históricas de produção. A noção de formação discursiva foi elaborada por Pêcheux a partir das proposições de Foucault e tem dois tipos de funcionamento: 1) a paráfrase – a formação discursiva é um sistema de paráfrases, ou seja, de constante retomada e reformulação dos enunciados, como forma de preservar sua identidade; 2) o pré-construído – A análise do discurso chama de pré-construído as construções anteriores e exteriores, que se diferenciam do que é construído pelo enunciado” (CORREA, 2009, p.36).

⁴ Formação Ideológica (FI): As formações ideológicas caracterizam-se por serem elementos capazes de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social.

sobre linguagem. Um dos conceitos bakhtinianos apropriado pela AD foi a questão dialógica dos discursos. Todo discurso, todo ato dialógico tem um determinante rigoroso envolvendo aquele que fala, o lugar a partir de onde fala e o seu contexto histórico. Para Bakhtin (*apud* BRAIT 2006, p. 116):

O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a *posição de locutor*, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma *posição responsiva*.

Dessa forma, entende-se a linguagem como uma forma de interação social, um “compartilhamento com o outro” em que o outro tem papel fundamental na produção do discurso. Di Fanti afirma que “tratar do dialogismo é, por um lado, descartar qualquer possibilidade de limitação e redução de sentidos, e por outro, preservar as ressonâncias de outros ditos, já-ditos e/ou não ditos na linguagem” (2003, p. 98). De Bakhtin vem, também, o conceito de polifonia, que tem como principal propriedade a diversidade de vozes, controversas, no interior de um texto. Para Brandão (2003, p. 9), “é nesse sentido que se tem disseminada a metáfora de que um texto se transforma numa arena de lutas, em que vozes situadas em diferentes posições, emergem, polifonicamente, numa relação de aliança, de oposição ou polêmica.”

A AD encontrou eco em muitos estudiosos da linguagem, que se identificaram com suas concepções teóricas, sua metodologia e seu poder de análise, e acaba se constituindo numa ferramenta poderosa para o conhecimento da sociedade, dos sujeitos e seus discursos. Nas palavras de Orlandi (2013, p. 21), “o discurso é efeito de sentidos entre locutores.” Dessa maneira, os dispositivos teóricos e de análises na AD têm características histórico-sociais nas quais o sujeito, a história e a língua estão entrelaçados, numa relação indissolúvel.

O objetivo da análise discursiva é encontrar sentido nas diversas formas de produção verbal ou não verbal, levando-se em consideração que qualquer manifestação comunicativa é passível de interpretação. É importante destacar que a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto analisado, preocupa-se com o que esse texto significa. Orlandi (2013, p. 18) sugere que a AD “produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade

simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.”

Isso não significa que a proposta analítica do discurso abra mão da língua. Ela apenas não usa a mesma abordagem de outras correntes que se debruçam sobre o tema. A AD tem alguns pressupostos fundamentais com os quais trabalha: a língua como um fato social, a ideologia e o inconsciente. Segundo Kronka (2003, p. 589),

A AD acredita que há mais sentidos além do que está explicitado na superfície linguística, portanto, não estabelece ao discurso um sentido único e fechado. Cabe ao analista explicitar o caminho pelo qual se chegou ao sentido evidente (e se calou outros possíveis).

No Brasil, a AD foi introduzida pela pesquisadora e professora universitária brasileira Eni P. Orlandi no final dos anos 1970, no período histórico da ditadura político-militar. Nas palavras da autora, “no Brasil a análise de discurso institucionaliza-se amplamente – não sem algumas resistências, alguns antagonismos – e, com sua produção e alcance teórico, configura-se como uma disciplina de solo fértil” (2012, p. 9). Orlandi (2003, p. 7) faz a releitura da proposta de Pêcheux, compreendendo que sua teoria

não deixa intocada a região da reflexão sobre a linguagem, não se apresentando apenas como acréscimo do ponto de vista metodológico, mas como uma iniciativa de reflexão que interroga as próprias teorias que constituem as relações contraditórias do campo de sua existência.

Na visão de Orlandi, a Análise de Discurso, como acontece na corrente francesa, não se desvincula da ciência da língua nem do território onde o discurso é produzido.

A AD não tem a pretensão de fazer novas descobertas nem de fazer julgamentos de valor, explicitando o que é certo ou errado. Nas palavras de Brandão (2003, p. 10), a Análise de Discurso “não pode se furtar ao diálogo interdisciplinar sem perder, no entanto, o rosto e a identidade, pois uma disciplina que preza a historicidade, não pode se deixar congelar por qualquer tipo de imobilismo ou fixidez.”

Dessa forma, levando-se em consideração a multiplicidade de ideias, a flexibilização da teoria, as dicotomias e as diferentes

significações de conceitos, pode-se dizer que o importante para a Análise do Discurso, como uma nova disciplina, é, segundo Orlandi (2013), romper fronteiras.

4 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

A linguagem é uma habilidade do ser humano que serve para a comunicação e se dá na relação direta entre aquele que fala e aquele que escuta, entre o que escreve e o que lê, entre a arte e o observador. Nas palavras de Brandão (2009, p. 2) “a linguagem é um trabalho desenvolvido pelo homem – só o homem tem a capacidade de se expressar pela linguagem verbal.”

Porém, para conhecer e entender a Análise de Discurso, é necessário que se tenha contato com os conceitos que a norteiam. Os elementos constitutivos da AD aparecem inter-relacionados, formando uma verdadeira rede de noções que algumas vezes se completam e outras se antepõem. A teoria do discurso rompe com a noção de linguagem apenas como instrumento de comunicação e deve ser compreendida como algo mais do que uma estrutura linguística, uma vez que ela se ajusta aos interlocutores, de acordo com o contexto.

Não é uma tarefa simples, compreender a análise do discurso, levando-se em consideração que nela nada está permanentemente estabelecido, os limites não são evidentes e tudo oscila, dependendo do olhar e do viés histórico. E para completar, ou confundir, nesse ambiente circula o sujeito, o protagonista do discurso. Nas palavras de Orlandi (2013, p. 32), “o dizer não é propriedade nossa. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras.”

Para a AD, o discurso é contextualizado, porque entende que todo enunciado, ou signo, tem sentido diferente, dependendo de quem o faz, do lugar e do momento em que é produzido. Segundo Orlandi (2013, p. 18), a AD “produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.”

Dessa maneira, cada vez que uma linguagem é usada num determinado contexto histórico e faz sentido, um discurso é produzido. Para Orlandi (2013, p. 25), “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história.”

Sendo assim, pode-se dizer que o discurso é uma manifestação espontânea do sujeito, cujos valores culturais, sociais, crenças e ideologias estão enraizados no grupo ao qual pertence. Bakhtin (2004, p. 92) afirma que, para o locutor, “o centro de gravidade da língua não

reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto.”

É por isso que se diz que não há discurso neutro, uma vez que cada discurso é reflexo das posições socioculturais e ideológicas dos sujeitos falantes e ouvintes. De acordo com Bakhtin (2004, p. 95), “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.”

Sendo assim, o discurso é produzido por um sujeito que, ao fazê-lo, se coloca, como autor do que é dito. A Análise do Discurso, no entanto, trabalha com a constatação de que estamos sempre subordinados à linguagem e que não há neutralidade no mais insignificante dos signos. Nas palavras de Orlandi (2013, p. 9), “a entrada do simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político.” É importante destacar que o sujeito, na Análise do Discurso, não é um indivíduo com vontade própria. Ele é, de outra maneira, um sujeito histórico-social, porque mesmo inconscientemente, há uma intencionalidade discursiva em cada enunciado, uma vez que todo discurso é atravessado pela linguagem, pela história e pela ideologia, para que possa produzir sentido. “As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra. Assim, não são somente as intenções que determinam o dizer. Há uma articulação entre intenção e convenções sociais.” (ORLANDI, 2003, p. 27).

Dessa maneira, pode-se dizer que para a Análise do Discurso, o sujeito se constitui pela linguagem, mas não é o autor desse discurso, uma vez que o mesmo está relacionado com outra formação discursiva e ideológica. Segundo Bakhtin (*apud* DI FANTI, 2003, p. 98), “o objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez nesse enunciado, e esse locutor não é o primeiro a falar dele.” Sujeito e sentido se constituem num processo simultâneo, que se projeta com efeitos incontrolláveis, partindo de construções discursivas.

Nesse entrelaçar de conceitos, é importante conhecer outro elemento da AD, que é fundamental para a sua compreensão: o sentido. De acordo com Orlandi (2013, p. 42), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam.”

Se pegarmos como exemplo a palavra “terra”, podemos afirmar que ela não tem o mesmo significado (sentido) para um agrônomo, para um homem do campo, para um geólogo, para um astrônomo ou para um sem-terra. Por isso, é importante frisar que o sentido da linguagem não está no sistema linguístico, mas no contexto de interação verbal. Sendo assim, pode-se dizer que o material simbólico não é transparente e está sujeito a diversas interpretações, impregnadas de valores previamente construídos.

Seguindo esse caminho de apresentação dos elementos constitutivos da Análise de Discurso é importante dizer que para a AD, o discurso é construído e funciona de acordo com certas condições: relação de sentidos; relação de forças; ideologia; antecipação. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 26), “a ilusão de ser fonte de sentido se desfaz se atentarmos ao fato de que, para ter sentido, qualquer sequência deve pertencer a uma formação discursiva, que por sua vez faz parte de uma formação ideológica determinada.” Segundo o conceito de relações de sentido, não existe discurso que não se relacione ou se “inspire” em outro discurso já dito e sem que ele tenha sentido. Conforme Pêcheux (*apud* ORLANDI, 2003, p. 26),

todo discurso nasce de outro discurso e reenvia a outro, por isso não se pode falar em um discurso, mas em estado de um processo discursivo, e esse estado deve ser compreendido como resultando de processos discursivos sedimentados, institucionalizados.

Na sequência, dois novos conceitos aparecem, pois são fundamentais e norteadores para a compreensão da teoria da AD: a paráfrase e a polissemia. Entende-se por processos parafrásticos aqueles que mostram que há sempre algo que se mantém (já foi dito) no discurso (ORLANDI, 2013). A paráfrase, segundo a autora, “representa o retorno aos mesmos espaços de dizer” (2013, p. 36). Na polissemia, por outro lado, o que “temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (*idem*).

Na perspectiva da AD, há uma relação tensa entre paráfrase e polissemia dentro do discurso, já que as duas forças trabalham conjuntamente, isto é: o que é dito já foi dito, mas que pode ser formulado de forma diferente. Orlandi (2013, p. 36) aponta que é “nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem

seu percurso, (se) significam.” É na relação entre a paráfrase e a polissemia que aparece o confronto entre o simbólico e o político, a língua e a ideologia, sendo exatamente essa intersecção o foco de interesse da AD. E é também no confronto entre paráfrase e polissemia que nasce a noção de interdiscurso, que para Orlandi (2013, p. 33) “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras façam sentido é preciso que elas já façam sentido.”

Assim, pode-se dizer que o discurso é irrepetível. Cada discurso é construído levando-se em conta uma rede discursiva, um conjunto de enunciados já feitos e esquecidos que servem de fonte para o que se diz. Dessa maneira, para a Análise de Discurso não há discurso original, nenhum discurso é adâmico. Nas palavras de Brandão (s/d, p. 5), “nessa relação interdiscursiva (com outros discursos), quer citando, quer comentando, parodiando esses discursos, disputa-se a verdade pela palavra numa relação de aliança, de polêmica ou de oposição.”

Para a AD, todo dizer é um saber discursivo, isto é, um saber (memória/interdiscurso) que torna possível todo dizer (ORLANDI, 2013). Para a autora, “o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e a ideologia.” (2013, p. 32).

Para alguns, a ideologia tem sempre um caráter de dominação e de manipulação, que age de modo persuasivo e dissimulado, numa forma sutil de alienar o ser humano. No entanto, a dimensão ideológica do discurso, tanto pode apenas reproduzir, quanto transformar relações de poder. A ideologia é um termo que traz, em si só, diversos significados. Pode ser definida como um conjunto de ideias, pensamentos, como doutrina de um grupo ou de um indivíduo ou como orientação de ações sociais e principalmente políticas.

A AD dialogou com a teoria marxista sobre ideologia, para elaborar seu conceito sobre o tema, quando essa estava atrelada apenas ao ambiente político-social. Neves (2002, p. 18) entende ideologia como “o homem comunicando-se com voz articulada que produz sentido e, assim criando uma sociedade política.”

A pluralidade de sentidos relacionados à palavra ideologia, cada um deles respondendo às indagações de seu segmento pessoal ou social, caracteriza muito bem a essência da AD. Nessa multiplicidade de sentidos, podemos relacionar ideologia com a política, com a religião, com o jurídico, com a economia ou a filosofia. Para Fiorin (2000, p. 29):

Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla ao conceito de ideologia; ela é uma “visão de mundo”, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. Daí podemos deduzir que há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais.

Se tratando de linguagem, a ideologia aparece em terrenos mais amplos e mais férteis. Como contribuição para a AD, encontra-se em Bakhtin a ideologia do cotidiano, entendida como aquela que nasce das relações casuais, do dia a dia, na proximidade social (BRAIT, 2008). Para Bakhtin (2004, p. 31), “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia.*” Torna-se um signo, então, tudo aquilo que, sem perder sua identidade na realidade material, passa a significar e a refletir outra realidade. Ribeiro afirma que, para Bakhtin (2006, p. 4), o signo “receberá tantas significações quantas forem as situações reais em que venha a ser usado por usuários social e historicamente localizados.”

Para a Análise de Discurso, a palavra é um signo da comunicação, que carrega com intensidade a ideologia e funciona como agente da memória social, com significações diferentes, contradições, percorrendo contextos diferentes (BAKHTIN, 2004). Pelas palavras (discursos), ocorrem os debates e os conflitos de classe. Segundo o autor, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo” (2004, p. 36). Nos signos, vozes distintas se manifestam e, segundo Brait (2008, p. 172), “neles coexistem contradições ideológico-sociais entre o passado e o presente, entre as várias épocas do passado, entre os vários grupos do presente, entre os futuros possíveis e contraditórios.” Em outras palavras, por não haver neutralidade no mais simples dos signos, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. E é nesse ambiente é que a língua faz sentido.

Nessa pesquisa, indo ao encontro do objetivo deste trabalho, cabe elucidar o conceito de ideologia na visão da Análise do Discurso. Para a Análise do Discurso, a ideologia está relacionada, intrinsecamente, com a formação discursiva, uma vez que “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo

sócio-histórico em que as palavras são produzidas.” (ORLANDI, 2013, p. 42). A linguagem, que é a materialidade do sentido, envia sinais mostrando o posicionamento do sujeito e indica com qual discurso esse sujeito está filiado. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 34):

[...] onde está a linguagem está a ideologia. Há confronto de sentidos, a significação não é imóvel e está no processo de interação locutor-receptor, no confronto de interesses sociais. Portanto, dizer não é apenas informar, nem comunicar, nem inculcar, é também reconhecer pelo afrontamento ideológico.

O dizer tem história e os sentidos produzem efeitos diferentes para diferentes interlocutores, portanto não se esgotam no dizer.

Outro ponto a ser salientado é a forma como a Análise de Discurso trabalha com as “relações de poder”, que tornam o enunciado constitutivo. Conforme Orlandi (2013, p. 39-40), “como nossa sociedade é constituída de relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares que se fazem valer na ‘comunicação’.” Sendo assim, as relações de força não se apresentam apenas na forma institucionalizada, mas são reforçadas em toda e qualquer relação social. Desta maneira, quem diz e o lugar que ocupa, no contexto histórico-social, oficializa o discurso. Portanto, o discurso da posição Mãe tem maior peso que o discurso da posição Filho. A fala do Professor vale (significa) mais que a do Aluno. Para Danner, citando Foucault, o sujeito atual é, ainda, submisso, não só às leis religiosas, mas também às leis do Estado e às relações de poder entre os próprios indivíduos (micropoderes), que anulam a ideia de que o ser humano tem a sua individualidade (2009, p. 787). Nas palavras de Foucault (*apud* DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 12):

O problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos.

Dessa forma, pode-se dizer que o discurso exerce uma forma de poder, uma vez que há em cada enunciado uma intenção inconsciente, ou não, de influenciar, de atuar ou agir sobre o outro. Foucault (2008, p. 54) afirma que:

[...] os “discursos”, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são como se poderia esperar um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura de coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras [...]

Nesse contexto, o sujeito, na sua relação sócio-histórica, é contraditório, pois ao mesmo tempo em que é livre para “dizer”, é, inconscientemente, submisso à língua para que possa “sabê-lo” (ORLANDI, 2013). Mesmo que haja uma tentativa pela busca da originalidade discursiva, a falta de individualidade involuntária ocorre porque o sujeito “se filia ou interioriza o conhecimento da construção coletiva, sendo porta-voz daquele discurso e representante daquele sentido.” (CAREGNATO; MUTTI, 2004, p. 681).

Essa submissão ao coletivo é chamada pela AD de assujeitamento. Portanto, num certo sentido, o sujeito-religioso da Idade Média é na sociedade atual o sujeito de direito, subordinado às leis, com direitos e deveres. Nas palavras de Orlandi (2013, p. 51), “submetendo o sujeito, mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade” Dessa forma, a língua é a materialização do inconsciente ideológico do sujeito.

Partindo da perspectiva com a qual a AD trabalha os conceitos de ideologia, discurso e sentido, e entendendo que ela objetiva compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, sabe-se, nas palavras de Orlandi (2013, p. 9), que “a entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar.” Por isso, a AD se preocupa com os mecanismos que constituem o processo de significação, busca os gestos de interpretação, sem se restringir a procurar a verdade dos sentidos. Segundo Orlandi (2013, p. 26), a análise do discurso avalia “os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido.”

Interpretar está relacionado com a compreensão, que é “saber como as interpretações funcionam e não apenas com a inteligibilidade, que refere o sentido à língua.” (ORLANDI, 2013, p. 26). É importante citar que, no momento da análise, o discurso nela produzido sofre, também, a influência da posição ideológica do analista, suas crenças e sua posição histórico-social. Isso fortalece a premissa de que a interpretação não é absoluta, única ou neutra.

Outra característica do discurso é a sua dialogicidade, outro conceito retomado pela AD e que tem fundamento na teoria bakhtiniana. O discurso é uma atividade desenvolvida, no mínimo, entre dois sujeitos e é, segundo a AD, ininterrupto e nunca original. Bakhtin (apud BRAIT 2006, p. 116) comenta que:

O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a posição de locutor, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma posição responsiva.

É por meio do diálogo que se pode analisar a comunicação diária, o monólogo, o discurso interior, os gêneros de linguagem, a literatura, qualquer manifestação cultural. “O dialogismo é o permanente diálogo entre os diversos discursos que configuram uma sociedade, uma comunidade, uma cultura.” (MARQUES, 2002, p. 5).

Dessa forma, os discursos funcionam com valores específicos, entre os quais podemos citar a relação de sentidos. Por essa noção, pode-se afirmar que não há um discurso que não tenha relação com outro que o sustenta e que lhe dá continuidade. Essa interdiscursividade faz surgir o mecanismo de antecipação, outra condição de produção de discurso. Antecipação é a capacidade do falante de se colocar no lugar do ouvinte, para ouvir suas próprias palavras, com a “intenção” de convencer, uma vez que os enunciados são produzidos em função e interação do outro (ORLANDI, 2013). O interlocutor, portanto, não é um personagem passivo, que apenas ouve o enunciado. Ele é, ao contrário, a oposição dialógica, que ao interpretar elabora um novo enunciado por resposta.

A antecipação, segundo Orlandi (2013, p. 39), é “um mecanismo que regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte.” Na

antecipação, levando-se em conta a afirmação da AD que diz que o sujeito se posiciona histórica e ideologicamente, ocorre um jogo de formações discursivas imaginárias que atravessam todo o embate dialógico: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que faz do seu interlocutor, o objeto do discurso, entre outras (ORLANDI, 2013).

É pelo mecanismo da antecipação que o sujeito argumenta, acreditando poder prever os sentidos que serão produzidos, ao falar para determinado interlocutor. Para Pêcheux (1993, p. 77), “essa antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso.”

A emancipação está relacionada, entre outros aspectos, ao próprio funcionamento das instituições, nas quais os interlocutores atuam, dando-lhes um *status* de verdade.

4.1 TEXTO E CORPUS

O texto é a materialização do discurso, isto é, todo discurso se manifesta linguisticamente por textos. Ele é visto na AD como a unidade da análise. Pela análise de textos é que se pode entender o funcionamento do discurso, que podem ter significados, sentidos ou definições diferentes, mas, estão profundamente interligados. Para Orlandi (2003, p. 159), “o texto pode ter qualquer extensão: pode ser desde uma simples palavra até um conjunto de frases. O que o define não é sua extensão, mas o fato de que ele é uma unidade de significação em relação à situação.”

A AD se preocupa, apenas, com a interpretação ou a releitura do *corpus* sob seu foco de análise, já que qualquer elemento que produza sentido pode ser analisado.

4.2 DISPOSITIVOS E METODOLOGIA

Se o assunto é Análise de Discurso, cabe a indagação: “O que entendemos por análise do discurso?”. Como já foi dito em capítulos anteriores, a Análise de Discurso consiste em examinar um texto e a partir dele compreender as suas construções ideológicas, sem esquecer que o discurso está sempre vinculado ao contexto sócio-histórico do enunciador⁵. Nas palavras de Orlandi (2008, p. 13), “não é um ponto do texto que ‘mostra’ a ideologia. É a formulação que se coloca como uma censura no *continuum* da discursividade e, ao fazê-lo, se compromete com uma versão (interpretação, formação discursiva, ideologia)”

⁵ Enunciador: aquele que faz parte do processo discursivo, aquele que diz.

Portanto, “uma vez que formular é dar corpo aos sentidos” (p. 9) pode-se dizer que o sujeito que “diz”, se assumindo como autor do que “diz”, é determinado pelo que “diz”. Para Caregnato e Mutti (2006, p. 680), “o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção [...] bastando que sua materialidade produza sentidos para a interpretação [...]”

É importante lembrar que a AD não tem a pretensão de encontrar, no processo de análise, o sentido verdadeiro do texto, nem o lado formal da língua com seu conjunto de regras. Segundo Orlandi (2013, p. 60), “os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente - estão largamente presentes.” Para o analista, o que importa é pensar e descrever o funcionamento do discurso. Orlandi (2008, p. 23) entende que, “em seu trabalho, o analista de discurso deve *mostrar* os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade.”

Dessa forma, o texto é o objeto de observação do analista, que tem como meta descobrir, nesse texto, o discurso. A Análise do Discurso trabalha “a política da língua que se materializa no corpo do texto, ou seja, na formulação, por gestos de interpretação que tomam forma na textualização do discurso.” (ORLANDI, 2008, p. 35).

Dessa maneira, com base na teoria do discurso, pode-se dizer que uma palavra, mesmo que seja na mesma língua, pode ter um significado diferente, dependendo de quem diz, da posição em que diz e para quem diz. Essa “opção” léxica é que vai dar o sentido ao discurso no texto analisado. Para Fairclough (2001, p. 230), a escolha das palavras “não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos.”

Partindo do conceito acima, é fundamental para a realização da AD que o analista entenda que a enunciação é fruto da posição histórico-social e ideológica do sujeito que a produz. Na visão de Gregolin (1995, p. 20),

Empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e

histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente.

É importante saber, também, que para interpretar esse discurso é necessário retirar o sujeito que enuncia “da posição de único responsável pelo que diz, para atingir o sentido que realmente foi impresso ao seu dizer e que, na maioria das vezes, nem ele possui tal clareza.” (GOMES, 2006, p. 621).

Dessa maneira, o analista precisa determinar quais as “pistas” que ele encontra no texto e de que maneira essas pistas vão ajudá-lo a desvendar o sentido do dizer. Para Orlandi (2013, p. 59), é necessário que o analista defina

Que escuta ele deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência?.

Como próximo passo, o analista necessita retirar do texto exemplos e criar dispositivos de análise, que o conduzam na busca dos resultados para a sua linha de interpretação. Para Orlandi (2013, p. 60),

O analista pode explicitar os processos de identificação pela sua análise: falamos a mesma língua, mas falamos diferente. Se é assim, o dispositivo que ele constrói deve ser capaz de mostrar isso, de lidar com isso. Esse dispositivo deve poder levar em conta ideologia e inconsciente assim considerados.

O dispositivo, junto com os elementos teóricos da AD, tem como principal objetivo mostrar o que não está dito no texto, aquilo que está oculto na ideologia, na história e nas relações de força, em qualquer espaço social. Em toda a literatura sobre a análise de discurso é unânime a posição dos autores no sentido de que há necessidade de se criarem dispositivos analíticos para que seja possível “desvendar os mecanismos de produção de sentidos de uma determinada discursividade.” (GOMES, 2006, p. 260). Ainda nas palavras de Gomes (2006, p. 621),

Esse dispositivo apresenta-se como indispensável para a realização da AD, pois todo dizer vai se estruturando a partir de famílias parafrásticas, que dão continuidade espaço-temporal ao sentido constituído em algum ponto da linha histórica do indivíduo ou da sociedade.

Portanto, com base nas afirmações teóricas da AD, um PPP é um documento que possibilita ao analista se colocar numa “posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção dos sentidos em suas condições.” (ORLANDI, 2013, p. 61), para trabalhar as diferentes formações discursivas. Pode-se dizer que o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Criciúma (SC) é a materialização das vozes dos envolvidos na sua construção e que “analisar o processo de construção e implementação deste projeto é refletir sobre a escola, suas características, seus polos de poder, seus conflitos, por se tratar de uma organização orientada com finalidades, controlada e permeada pelas relações de poder.” (VEIGA, 2006, p. 25).

Para finalizar, é importante destacar que o analista trabalha com os limites da interpretação, isto é, “é pela exploração de certas características da língua que a discursividade se manifesta.” (POSSENTI, 2009, p. 16). Dessa maneira, o analista não se coloca fora da história, mas, ao contrário, age como alguém que vê a história acontecer, se desenvolver e a fazer sentido.

4.3 A ANÁLISE DO DISCURSO E A SUA TIPOLOGIA

A Análise do Discurso aparece como uma proposta crítica e reflexiva sobre os padrões estabelecidos no estudo da linguagem e trabalha com a opacidade da língua, com seus implícitos e seus deslocamentos. As “falhas” da língua, “se explicam numa teoria geral (da incompletude, da indeterminação, do real da língua...) cujo fundamento diz respeito ao fato de que uma língua nunca – nunca mesmo, nem na linguagem científica – dá conta de dizer o real.” (POSSENTI, 2009, p. 6).

A incompletude da linguagem, na Análise de Discurso, está relacionada com o conceito segundo o qual nenhum processo é fechado em si só. Para a AD, a linguagem é entendida como uma “tecnologia” em eterno movimento. “O fragmentário, o disperso, o incompleto, o não transparente. Eis o domínio da reflexão discursiva.” (ORLANDI, 2003, p. 12).

Dessa forma, a Análise do Discurso procura percorrer novos e diferentes caminhos, redefinindo-se sempre na busca da coerência entre sua prática e sua teoria. Nas palavras de Orlandi (2003, p. 11), “não há um acúmulo científico fixo, no que diz respeito à teoria, à definição de seu objeto e método(s): a cada passo, a AD redimensiona seu objeto, revalida aspectos teóricos e se relaciona criticamente com seu(s) método(s).”

A AD trabalha, na visão de Orlandi (2012, p. 9), com processos de produção do discurso que aparecem em três momentos igualmente, todos com o mesmo valor analítico. Primeiramente, a constituição do discurso a partir da memória do dizer, isto é, o contexto histórico-ideológico. Depois, com a formulação do discurso, que envolvem a produção e as circunstâncias da enunciação. E por último, na circulação desse discurso, que acontece em certo contexto específico, o que revela as condições histórico-sociais que lhe dão força. Nas palavras de Orlandi (2012, p. 9), “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde).”

Destacados esses elementos do processo de produção do discurso, a AD principia seu mecanismo de análise questionando as relações sociais, ideológicas e históricas entre falantes e ouvintes, que fazem parte do discurso a ser analisado. Segundo Orlandi (2003, p. 117):

Do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso.

Para a Análise do Discurso, é importante o tratamento que se dá ao texto. Segundo Orlandi (2003, p. 12), “este se apresenta como monumento e não como documento. Não é de interesse da AD tomar o texto apenas no seu lado contextual, isto é, “a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação.” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683-684), mas buscar no texto os efeitos de sentido referente ao discurso. Para Orlandi (2003, p. 13), “a AD problematiza a atribuição de sentido(s) ao texto, procurando mostrar tanto a materialidade do sentido como os processos de constituição do sujeito, que instituem o *funcionamento discursivo* de

qualquer texto.” Para a Análise do Discurso, o texto dá “informações” sobre a posição discursiva do sujeito enunciador, legitimadas pela sua posição histórica, social e ideológica. Dessa forma, pode-se dizer que a teoria, a crítica, a ideologia e o sentido são alguns dos mais importantes fundamentos da AD.

O sentido, um dos alicerces da AD, não se desenvolve em linha reta, não se mede e nem é facilmente calculado, uma vez que se apresenta de diversas formas. Para Orlandi (2003, p. 162), “todos os sentidos são de *direito* sentidos possíveis.” Esta dissertação apropria-se da vertente de sentido que a coloca dentro das condições de produções discursivas no ambiente educacional, onde é possível distinguir a predominância de um sentido, sem que isso apague ou elimine os sentidos paralelos. “A sedimentação de processos de significação, em termos de sua dominância, se dá historicamente: o sentido que se sedimenta é aquele que, dadas certas condições, ganha estatuto dominante.” (ORLANDI, 2003, p. 162).

Para a AD, quanto mais ligado a uma instituição, mais o discurso se torna legitimado. A escola, fortalecida pela sua tradição histórico-temporal, é uma dessas instituições e é pensada como a sede da reprodução de conhecimento e da propagação cultural. Para Orlandi (2003, p. 162), “a *institucionalização* de um sentido dominante lhe atribui o prestígio de legitimidade e este se fixa, então, no centro: o sentido oficial (literal).” Dessa maneira, é possível definir a escola como uma ordem legítima, uma vez que ela se baseia em leis, em modelos de conduta obrigatórios, em discursos que validam suas ações. E é na escola que os discursos pedagógicos (DP) transitam. Para Orlandi (2003, p. 23),

A escola é a sede do DP. Em última instância, é o fato de estar vinculado à escola, isto é, a uma instituição, que faz do DP aquilo que é, mostrando-o em sua função: um dizer institucionalizado, sobre coisas, que se garante, garantindo a instituição que se origina e para qual tende.

Para a análise do discurso é importante distinguir as condições de produção dos discursos, para examiná-las em sua singularidade, sem perder de vista a sua generalidade. Para Possenti (2009, p. 13), “a leitura não é leitura de um texto enquanto texto, mas enquanto discurso, isto é, na medida em que é remetido a suas condições, principalmente

institucionais, de produção.” Dessa forma, conforme a AD, para que um texto possa ser lido objetivamente, é necessário selecionar e descrever os espaços nos quais esses discursos são produzidos, sem, no entanto, exercer “o papel de árbitro em relação ao que seja ou não uma leitura adequada.” (POSSENTI, 2009, p. 14). Um texto pode ser “lido” de muitas maneiras, nele muitas “vozes” aparecem, há intertextualidade, os sentidos se diversificam e se expandem. Segundo Orlandi (2012, p. 95),

às margens do texto, textos fantasmas diluem as bordas da textualização, seus limites. Desse ponto de vista, um mesmo texto, imaginado, volta sempre, fazendo seu retorno em várias retomadas por um sujeito autor que trabalha diferentes formulações (versões) em uma história inacabada das diferentes textualizações possíveis.

Como já foi visto, um dos princípios da Análise do Discurso estabelece que “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia.” (PÊCHEUX *apud* Orlandi, 2013, p. 47). A forma do sujeito histórico corresponde à forma do sujeito social, que determina o que diz, mas que, por outro lado, é determinado pela exterioridade (ORLANDI, 2012, p. 91). Essa exterioridade, nas palavras de Orlandi (2012, p. 91), é “algo que fala antes, em outro lugar, e independentemente.” Por isso, é importante que se defina, para dar uma direção à análise, o tipo de discurso identificado no texto a ser analisado. Segundo Orlandi (2003, p. 219) “diante de um material a ser analisado, o fato de se utilizar uma ou outra tipologia resultará em um recorte que é seletivo, isto é, que salientará esse ou aquele dado, esse ou aquele traço.” A escolha da tipologia, na análise do texto, deve seguir os objetivos da análise e a natureza do texto.

Para a AD, é possível definir três tipos de discurso em funcionamento: o lúdico, o polêmico e o autoritário. Segundo Orlandi (2003, p. 29), “o critério para a distinção está na relação entre os interlocutores e o referente, isto é, na suas condições de produção.” No tipo de discurso a ser desenvolvido neste trabalho, que tem o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Criciúma como texto-discurso, a marca principal é o aspecto autoritário, cujas características se enquadram nos discursos produzidos no contexto educacional, no discurso pedagógico (DP). “Procurando caracterizar o DP, pudemos observar que tal qual ele se mostra atualmente em uma formação social

como a nossa, ele se apresenta como um discurso autoritário, logo, sem nenhuma neutralidade.” (ORLANDI, 2003, p. 29).

A educação, no seu sentido mais amplo, engloba qualquer processo de socialização no qual ocorra o movimento ensinar/aprender. Ela é exercida nos mais diversos espaços de convívio social e funciona como construção cultural, como formação humana, como compartilhamento de conhecimento. Na educação formal, que ocorre no espaço escolar, a prática educativa se dá de maneira intencional, com objetivos determinados. Para Orlandi (2003, p. 23), “a escola atua através da convenção: o costume que, dentro de um grupo, se considera como válido e está garantido pela reprovação da conduta discordante.”

Ao longo da história, os comportamentos, as ideias e as ações se modificaram num contínuo movimento de adaptação, transformação ou mesmo acomodação. Nesses movimentos, em situações particulares, os discursos produzidos são um reflexo das vozes que os produzem, trazendo implícito em cada um deles a herança cultural. Dentro desse cenário, a educação sempre esteve presente, servindo aos interesses e expectativas da sociedade organizada, cada um deles com os seus saberes legitimamente institucionalizados. Segundo Pey (1988, p. 11),

As “falas” orais ou escritas que circulam nas instituições educacionais são muito poderosas. Elas podem ocultar ou explicitar a realidade, menosprezar ou prestigiar aqueles a que se dirigem, confundir ou esclarecer dúvidas; enfim, elas têm o poder de ora pronunciar a educação da adaptação, ora anunciar a educação da transformação.

O discurso autoritário busca a unificação do sentido, de maneira que o discurso, no seu contexto de produção, não apenas se torne dominante, mas seja o único. “Há, em relação à escola, uma seleção que decide, de antemão, quem faz parte dela e quem não faz, quem está em condições de se apropriar desses discursos e quem não está.” (ORLANDI, 2003, p. 34). O autoritarismo está na escola e nos seus discursos, está nas relações sociais, está em toda ação de inculcar.

5 PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA E ORIGEM SOCIAL

5.1 MOVIMENTOS EDUCACIONAIS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

O que ensinar, como ensinar e para quem ensinar são decisões que sempre estiveram ligadas aos interesses políticos e ideológicos, numa relação disciplinar entre o saber e o poder. “Na escola as pessoas falam, escrevem e lêem. São falas que fazem falar, falas que dizem e também falas que calam, inibem, ocultam ou confundem.” (PEY, 1988, p. 6). Educar nunca foi um fenômeno neutro. Assim, para que se compreenda o desenvolvimento histórico político da educação no Brasil, destacam-se alguns momentos importantes nesse processo cultural, levando em conta “a inerente historicidade do fenômeno educacional e suas relações e articulações com as políticas educacionais.” (GREGORUTTI, 2011, p. 19).

No Brasil, historicamente, o início da educação está vinculado à vinda dos jesuítas, no século XV. As atividades missionárias, tanto nas cidades como no campo, se comprometeram com a formação escolar, uma vez que encontraram aqui um território desprovido de um sistema de escrita e sem nenhuma norma educacional. Com a vinda da família real, no século XIX, a educação no Brasil foi impulsionada, em função da criação de escolas militares (Real Academia Naval e Academia Militar Real) aos moldes das escolas europeias, com a abertura da Biblioteca Nacional, com o nascimento do Jardim Botânico e com a fundação da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Bello (2001) comenta que:

A vinda da Família Real, em 1808, permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Para atender as necessidades de sua estadia no Brasil, D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. Segundo alguns autores, o Brasil foi finalmente “descoberto” e a nossa História passou a ter uma complexidade maior. O surgimento da imprensa permitiu que os fatos e as ideias fossem divulgados e discutidos no meio da população letrada, preparando terreno

propício para as questões políticas que permearam o período seguinte da História do Brasil.

Mais tarde, na Constituição de 1924, inspirada nos ideais da Revolução Francesa, surgiu a concepção de uma educação calcada na liberdade, que, dentre os compromissos assumidos, incluía a instrução primária gratuita, estendida a todos os cidadãos brasileiros. Nesse período, para atender à demanda escolar, foi fundada a primeira escola de formação dos professores: a Escola Normal de Niterói (1935). “A Escola Normal da província de Niterói deveria ser o centro formador de professores que teriam a missão de auxiliar na ordenação moral dos cidadãos.” (MARTINS, 2009). As mudanças na educação brasileira sempre refletiram, nos seus princípios, as características e tendências adotadas pelo regime político vigente. Sendo assim, a formalização, a centralização e o autoritarismo são marcas que se perpetuaram durante a história.

A educação brasileira passou por outras mudanças com a instauração da República, mantendo as mesmas características adotadas pelo novo governo. Contudo, é no início da Era Vargas (1930) que surgem as reformas educacionais mais modernas, levando-se em conta a necessidade mercadológica de mão de obra especializada, para atender o setor urbano-industrial em crescimento. Gadotti (1997, p. 111) afirma que

No Estado nacional-populista a escola representava o instrumento ideal para a disseminação da nova ideologia desenvolvimentista, isto é, o mito do desenvolvimento capaz de produzir o bem-estar de todos, independentemente de classe social.

Nesse período foi organizado o Conselho Nacional de Educação, através do Decreto n. 9.850, de 11 de abril de 1931, incumbido de criar o primeiro Plano Nacional de Educação. Segundo Gadotti (1997, p. 111),

[...] em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Seu primeiro Ministro (Francisco Campos) cria o Conselho Nacional de Educação, ao mesmo tempo em que reforma o ensino secundário; cria o ensino comercial e estabelece o

Estatuto das Universidades Brasileiras (Reforma Campos).

Há, nesse momento, o interesse em discutir a educação nos meios intelectuais brasileiros, com a intenção de promover a melhoria no processo de estabilização social. O texto do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de março de 1932, é um dos documentos que, segundo Bedin (2011, p. 13), “marcou a história da educação brasileira, representou o pensamento intelectual da época.” Saviani (2004, p. 34) entende o documento “como um instrumento político que expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país.”

Em 1964, com a instauração do governo militar no Brasil, as decisões, no âmbito das políticas educacionais, ficaram centralizadas e fortalecidas no Executivo. Nas palavras de Gregorutti (2011, p. 22), “em 1971, ainda sob o regime militar, e tendo como orientação o acordo MEC/Usaid, é editada a Lei Federal nº 5692.” Para esse autor,

A pedagogia tecnicista é convertida em pedagogia oficial, estendendo-se a tendência produtivista a todas as escolas do país. Incorporando à legislação os princípios da racionalidade, da eficiência e da produtividade, apresenta-se como o pano de fundo dessa tendência a teoria do capital humano, baseada no jargão “máximo resultado com mínimo de dispêndio” (2011, p. 22).

Esses intelectuais concluíram, que em virtude da exigência do mundo moderno, capitalista, as instituições educacionais estavam muito defasadas, devendo ser modernizadas de acordo com a nova realidade social (GADOTTI, 1997). Dessa forma, a reestruturação da escola, no campo do saber, está sob o domínio do Estado, que na normalização do discurso pedagógico torna invisível o seu poder. Para Orlandi (2003, p. 30), “há uma indistinção feita pela linguagem escolar que se presta a uma função tranquilizante: não há sustos, dúvidas ou questões sem respostas. Assim se constrói o *saber devido*, o *saber útil* (vale perguntar: para quem?).”

A escola, então, se consolida como uma grande promessa de ascensão social dos diferentes. O Estado-Nação se compromete com a educação gratuita, e os paradigmas capitalistas da produção asseguravam empregos fixos e ambos contribuíam para a aceitação, de

certa forma com o aval da sociedade, das formas de exploração. Segundo Orlandi (2003, p. 22),

A escola tem uma função de dissimulação; apresenta hierarquias sociais e a reprodução dessas como se estivessem baseadas na hierarquia de dons, méritos ou competências e não como hierarquia fundada na afirmação brutal de relações de forças. Convertem hierarquias sociais em hierarquias escolares e com isso legitimam a perpetuação da ordem social.

Com as pressões sociais organizadas pela sociedade civil, uma distensão lenta, gradual e segura é formulada pelos militares em 1974, iniciando o processo de saída do período ditatorial; em 1979 ocorre a denominada “abertura democrática”. Para Saviani (2004, p. 39), a “transição democrática” fez-se segundo a estratégia da conciliação pelo alto, visando à garantia da continuidade da ordem socioeconômica.

Para Gregorutti (2011, p. 9), “nos anos 1980, os educadores brasileiros reivindicaram maior participação nas decisões, na gestão do ensino, na elaboração do Projeto Pedagógico das escolas e na formulação das políticas educativas.” Dessa maneira, os discursos anunciando as mudanças na educação são construídos, criando a expectativa em torno da escola, caracterizada como um local apropriado para acolher e modelar o novo cidadão. Conforme Gregorutti (2011, p. 28-29), a nova Constituição (1988) traz “importantes alterações na área educacional, principalmente quanto à inclusão das reivindicações dos professores em participar das decisões, instituindo, assim, a gestão democrática nas escolas.”

Em 1996, foi elaborada a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), que instituiu a política educacional brasileira. Conforme documento da Câmara dos Deputados, “desde sua promulgação, em 20 de setembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis [...]” (BRASIL, 1996, p. 1). Esse documento define que a educação no Brasil deve ser organizada e administrada separadamente por cada nível de governo. Dessa maneira, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios devem criar seus próprios mecanismos e sistemas de ensino, gerenciados pelo governo federal através do Ministério da Educação.

Com base nessa nova lei, em artigos que serão posteriormente citados, o sistema de ensino concede às escolas públicas da educação básica, entre outras incumbências, a autonomia para a elaboração da proposta pedagógica, que segundo Gregorutti (2011, p. 29), “observadas as normas gerais de direito financeiro público que os integram – progressivos graus de autonomia pedagógica, de administração e de gestão financeira, definirão as normas da gestão democrática do ensino público.”

Vale citar que outros movimentos aconteceram depois do surgimento da LDB, contribuíram de alguma maneira com as diretrizes das políticas educacionais. Dentre eles, pode-se citar o Plano Nacional de Educação (PNE de 2001), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE de 2007), o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) (GREGORUTTI, 2011).

Por fim, pode-se dizer que com avanços e recuos, sabendo-se que é impossível escapar das influências globalizadoras da sociedade moderna, foram criadas as condições para o desenvolvimento do sistema de ensino no Brasil, sem esquecer que a educação não está imune nem ao “espírito do sistema”, nem aos princípios ideológicos de quem está no poder.

5.2 A LDB E A PROPOSIÇÃO DA EXISTÊNCIA DO PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Na educação, o Ministério da Educação (MEC) passa a ser o centralizador do discurso oficial e alguns princípios, como gestão democrática, autonomia da escola, construção do Projeto Político Pedagógico e descentralização (municipalização) passam a ser incorporadas ao sistema educacional (GREGORUTTI, 2011). O Projeto Político Pedagógico (PPP), sem poder fugir à regra, originado que é da LDB, passou a ser “uma exigência e as escolas estão diante do desafio de concretizarem e fortalecerem mecanismos mais participativos e democráticos de decisão em seu interior” (2011, p. 39). Nessa Lei destacam-se a autonomia e a possibilidade de participação dos envolvidos no universo escolar, componentes muito relevantes para a proposta de um novo caminho no ensino.

Nos artigos abaixo citados, fica evidenciada a visão do Estado sobre educação e as obrigações das escolas, dos docentes e todo o conjunto formador do sistema de ensino.

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Art. 12º Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I. Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II. Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV. Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V. prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI. Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII. Informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos;
- III. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- IV. Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- V. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão

financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

A LDB define o objeto e o objetivo da educação, estabelece a obrigatoriedade do Projeto Político Pedagógico e determina que o mesmo seja elaborado pela escola e seus profissionais da educação, numa tarefa coletiva, com a participação da comunidade, na qual a escola está inserida. O PPP, nas palavras de Gregorutti (2011, p. 10),

Se construído a partir da vivência democrática e com a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, torna-se instrumento de superação, de ruptura e de participação democrática ao possibilitar a ampliação da consciência e dos direitos dos cidadãos, no sentido de pertencerem a uma escola que tenha uma função social na comunidade.

O Projeto Político Pedagógico pode ser descrito como uma ação intencional na busca de soluções e direção, com um compromisso sócio-político intimamente ligado aos interesses do seu público-alvo e com a formação do cidadão social. Para Albino (2011, p. 663-664), o PPP pode ser entendido, politicamente, como “a resistência à regulação oficial e crença na possibilidade de construir a identidade escolar através de um Projeto Político Pedagógico comprometido com a qualidade da educação.”

Na dimensão pedagógica, o PPP “se constitui em norteador do ‘programa de ensino’, do currículo, da metodologia adotada, do processo de avaliação de disciplina adotado, da didática de ensino e de outras decisões que compõem o cotidiano escolar.” (MALAVAZI, 1995, p. 4). O Projeto Pedagógico visa a formação de um cidadão participativo, compromissado, crítico, criativo e responsável (VEIGA, 2006, p. 13). Político e pedagógico são conceitos que têm, dessa forma, uma significação indissociável.

Dessa forma, a escola é, por uma definição tradicional, o local onde se compartilha e constrói conhecimento, onde as políticas públicas se concretizam, de onde saem as demandas que influenciam essas políticas. Por outro lado, as leis são importantes, mas, por si só não provocam nenhuma mudança, se não forem acompanhadas de ações transformadoras. Para Reynaud (2000, p.11),

As ideias em educação, são de fundamental importância, mais do que em qualquer outro campo de ação; no entanto, se não forem postas em prática, só servem para o debate prazeroso e para a compreensão, mas não geram transformação, são letra morta.

Por esse prisma, construir um Projeto Político Pedagógico requer o cumprimento de algumas condições especiais: a participação de todos os envolvidos no Projeto, a autonomia e uma constante reflexão sobre o cotidiano da escola, para a qual está sendo elaborado o PPP. Segundo Neves (1996, *apud* REYNAUD, 2000, p. 3), “na realidade escolar, autonomia é exercício de democratização de espaço público: é delegar à direção e aos demais agentes pedagógicos a possibilidade de responder aos cidadãos a quem prestam serviço”.

O Projeto Político Pedagógico tem como um dos seus objetivos definir que tipo de sociedade e cidadãos a escola quer construir e quais os caminhos que ela deve seguir para alcançar essa meta. Para Reynaud (2000, p. 2), o PPP “firma o ideal de sua prática para dar significado ao esforço desencadeado.” Portanto, só é Projeto Político Pedagógico, se conseguir alcançar sua intencionalidade, criando um novo cenário social, com a participação efetiva de todos os envolvidos nesse processo. Para Velho (*apud* MEDEIROS; SILVA, 2009, p. 3), “o PPP é formado dentro de um campo de possibilidades históricas e culturais e sua continuidade e estabilidade dependem de sua capacidade de definir a realidade de maneira convincente e coerente, que garanta eficácia política e simbólica.”

Entretanto, há no ambiente escolar uma triagem velada que define quem faz e quem não faz parte dele, quem tem o poder de se apropriar do discurso pedagógico e quem não tem. “O produtor da linguagem não possui seu controle, ainda assim sua naturalidade não é natural nem sua arbitrariedade arbitrária, pois encontra sua motivação na forma social, no sistema de produção a que pertence.” (ROSSI-LANDI, 1975 *apud* ORLANDI, 2003, p. 25). E é no ambiente escolar que o Projeto Político Pedagógico é desenvolvido e pode ser observado como a materialidade dos discursos que o regem, uma vez que a Análise do Discurso se interessa pela compreensão de como um objeto simbólico produz sentido. Para Orlandi (2012, p. 26), “a compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam ‘escutar’ outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem.”

Dessa maneira, a partir do embasamento teórico da Análise do Discurso, apresentado nesta dissertação, pode-se afirmar que o PPP tem sua discursividade constituída a partir dos diálogos entre os sujeitos responsáveis em redigi-lo. Não foi pensado, para uma análise discursiva, o PPP como estrutura textual ou linguística, um texto fechado e pronto, mas pensado no *corpus* como uma unidade de significação, respeitando sua incompletude e cujo sentido está oculto nos discursos dos interlocutores, cabíveis de interpretações. Orlandi (2013, p. 10) adverte que, “diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá..”

E se, por definição, o PPP envolve um ambiente histórico-social, intenção, sentido e ideologia, pode-se dizer que implica discurso. E como tal, se torna um *corpus* fértil para a análise do discurso.

5.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: IMPOSIÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?

Por imposição da Lei, a escola recebeu a tarefa de elaborar e executar o Projeto Pedagógico de forma coletiva e democrática, isto é, com a participação de todos os envolvidos no sistema de ensino, além da comunidade escolar local. Dessa maneira, a proposta de uma gestão, no ensino público, tem o desafio de fortalecer os mecanismos participativos e democráticos, dentro do ambiente escolar. Nas palavras de Gregorutti (2011, p.39):

A gestão democrática, portanto, é uma conquista da sociedade civil na defesa de uma escola pública e democrática que ofereça elevado nível de qualidade para a população usuária em contraposição a uma gestão instituída pelo Estado que objetiva desresponsabilizar-se dos seus deveres.

Dessa maneira, diante das mudanças histórico-sociais e legais, foi necessário que os municípios articulassem um conjunto de propostas, ações e estratégias para que pudessem oferecer à população oportunidades de desenvolvimento, crescimento individual e coletivo. Conforme Veiga (2006, p. 15),

Para modificar sua própria realidade cultural, a instituição educativa deverá apostar em novos valores. Em vez da padronização, propor a singularidade; em vez de dependência, construir a autonomia; em vez de isolamento e individualismo, o coletivo e a participação; em vez da privacidade do trabalho pedagógico, propor que seja público; em vez de autoritarismo, a gestão democrática; em vez de cristalizar o instituído, inová-lo; em vez de qualidade total, investir na qualidade para todos.

Nos textos dos Projetos Políticos Pedagógicos, seguindo a orientação da LDB, é possível identificar a intencionalidade em atingir as metas propostas pelo documento, que orienta uma “simbiose” entre a gestão democrática e a gestão em ação. Juntas e coerentes com o discurso institucionalizado devem buscar:

- Um sistema público de ensino com autonomia, democrático, sem discriminações, racismos e intolerâncias;
- Um sistema público de ensino cujos atores ouçam falar de solidariedade, cidadania, república, direitos etc., e que sejam esses conceitos vinculados à sua prática de vida. (FERNANDES, 2005, p. 5).

Em outras palavras, os textos dos Projetos Políticos Pedagógicos deixam claro que exigem da escola, através de sua estrutura humana e pedagógica, a formação de um cidadão crítico, reflexivo, conscientes de seus direitos e deveres.

O Projeto Político Pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. (VEIGA, 2006, p. 17).

Desta forma, a preocupação fundamental da escola pública, se analisarmos o PPP, deve ser a busca por uma educação de qualidade e ao alcance de todos. Complementando, Veiga (2006, p.1), observa:

Desenvolver o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e do trabalho significam a construção de um sujeito que domine conhecimentos, dotado de atitudes necessárias para fazer parte de um sistema político, para participar dos processos de produção da sobrevivência e para desenvolver-se pessoal e social.

O PPP determina, também, a descentralização do poder, a democratização e a autonomia, requisitos básicos a serem seguidos, para que o Projeto não se transforme num documento inútil e esquecido.

Contudo, não basta *regulamentar* a autonomia. É preciso criar condições para que ela seja *construída*, em cada escola, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objectivos que informam o sistema público nacional de ensino. (BARROSO, 2003, p. 2).

Se por um lado o PPP, no papel, propicia autonomia à escola, dando-lhe voz, por outro essa autonomia só poderá ser alcançada se houver participação consciente e responsável de todos os envolvidos no Projeto. É necessário que se compreenda e se absorva o conceito de sujeito coletivo. Para Reynaud (2000, p. 3):

É indispensável eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias que impossibilitam a vivência democrática e a resolução de conflitos de forma criativa, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho, que reforçam as diferenças e hierarquizam os poderes de decisão.

Dessa forma, autonomia e participação desenvolvem-se paralelamente e deveriam acontecer nas ações diárias escolares e nas relações entre os agentes desse processo. Para Gregorutti (2011, p. 45), “é a ação dos diversos membros que compõem a comunidade escolar que precisa ser incentivada para a efetiva construção da sua autonomia.”

Em síntese, o Projeto Político Pedagógico orienta todos a buscar a qualidade da educação, seja ela do ponto de vista político ou

pedagógico. Conforme Veiga (2006, p. 3) sugere, “a qualidade que se busca implica duas dimensões indissociáveis: a formal ou técnica e a política. Uma não está subordinada a outra; cada uma delas tem perspectivas próprias.” Segundo o autor, a qualidade formal está ligada aos instrumentos, técnicas e métodos, e a qualidade política, por sua vez, fundamenta-se na participação coletiva e na visão de uma educação transformadora. Para Gregorutti (2011, p. 45),

A escola que objetiva construir uma gestão democrática precisa criar condições para romper com a autonomia aparente, decretada ou instituída, romper com modelos de centralização, paternalismos, dependências, inércia e burocracia excessiva; portanto, é a ação dos diversos membros que compõem a comunidade escolar que precisa ser incentivada para a efetiva construção da sua autonomia.

Todavia, o ambiente escolar é, historicamente, um espaço de resistência. De acordo com Giroux (1997, p. 204-205),

As escolas são terrenos políticos e ideológicos a partir dos quais a cultura dominante “fabrica” suas “certezas” hegemônicas, mas elas também são lugares nos quais grupos dominantes e subordinados definem e pressionam uns aos outros através de uma constante batalha e intercâmbio em resposta às condições sócio-históricas “contidas” nas práticas institucionais, textuais e vividas que definem a cultura escolar e a experiência professor/estudante.

Os agentes envolvidos na máquina educadora muitas vezes têm posições políticas diferentes e muitas vezes visões contraditórias sobre as regras e os caminhos da educação, impostas pelos discursos oficiais. Como aponta Gadotti Neto (2011, p. 21),

Seja qual for a perspectiva da educação contemporânea, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais

voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural.

Paralelamente ao discurso que promove a autonomia das instituições escolares, enfatizando a participação coletiva, com um apelo em torno dos ideais de liberdade e igualdade,

Os projetos têm sido aprovados por Secretarias de Educação, Núcleos de Ensino que emitem o parecer favorável ou contrário. Esses aspectos estão colados com a reforma do Estado, na qual o mesmo fortalece-se na função de promotor e regulador. (BATISTA, 2012, 118).

Referindo-se ao mesmo tema, Veiga (2006, p. 49) diz que “o Projeto da escola orienta-se por planos de curta duração, que muitas vezes são padronizados e vêm de cima para baixo, como uma forma de controle e vigilância.”

Há outra linha de pensadores que entende a escola como uma instituição a serviço do Estado e, portanto, fiel à sua ideologia. Para essa linha de pensamento, a função do PPP é, nas palavras de Silva (2003, p. 292), “a conformação dos comportamentos e a inibição daqueles indesejáveis.” Esses autores defendem que a democratização da escola está contida num discurso vazio, “uma vez que, atualmente, temos uma grande distância entre o que é colocado em lei e o que é de fato realizado no dia a dia das escolas.” (GREGORUTTI, 2011, p. 43).

E é nesse conflito, entre a transformação e a submissão, que a organização escolar vai fundamentando os seus aspectos político-pedagógicos e vai construindo os seus discursos.

Analisando na perspectiva da educação, Orlandi (2003, p. 21), sugere que “as questões não se podem dizer nem verdadeiras nem falsas, pois não se trata de explicar fatos, mas de se mostrar a perspectiva de como podem ser vistos.”

Assim, é possível concluir que o espaço escolar é um lugar repleto de particularidades e diferenças, onde as ideias, os conceitos e as ideologias são, muitas vezes, forças antagônicas de igual intensidade. De acordo com Gregorutti (2011, p. 12-13),

O processo de investigação a respeito da construção do Projeto Político Pedagógico nas escolas implica em uma interpretação do objeto estudado, passando da percepção para o

conhecimento que – como processo – necessita ser reconstruído; assim, a investigação é uma forma de ação que procura tornar visível o invisível, fazendo perceber o que não se percebe e ver o que normalmente não se vê.

Para finalizar, baseado no que foi exposto, entender as condições em que o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Educação de Criciúma foi produzido, auxilia no processo investigativo nos moldes da Análise de Discurso. Desta forma, conhecer o PPP ajuda na descoberta das vozes que fazem parte dos discursos nesse documento.

6 A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CRICIÚMA/SC E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

6.1 A CIDADE DE CRICIÚMA/SC

Antes da análise de discurso, baseada em recortes de textos contidos no Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Criciúma (SC), é importante que se situe a cidade geograficamente e se faça um breve relato sobre a sua história.

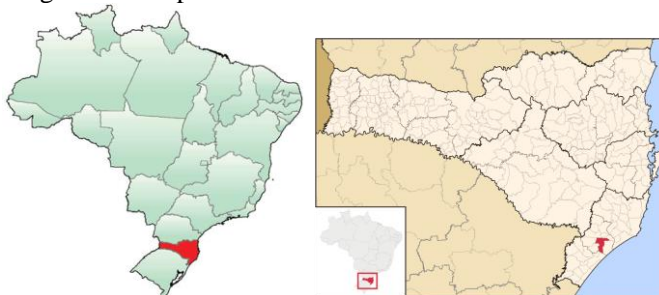
Figura 1 – Símbolo de Criciúma/SC



Fonte: www.criciuma.sc.gov.br

Criciúma é um município brasileiro, situado no Estado de Santa Catarina, na região Sul do País. Segundo as estatísticas do IBGE de 2014, conta com 204.667 habitantes. Delimita-se com os municípios de Siderópolis, Cocal do Sul, Morro da Fumaça ao norte; Maracajá e Araranguá ao sul; Içara ao leste e Nova Veneza e Forquilha ao Oeste.

Figura 2 – Mapa do Brasil e do Estado de Santa Catarina



Fonte: www.criciuma.sc.gov.br

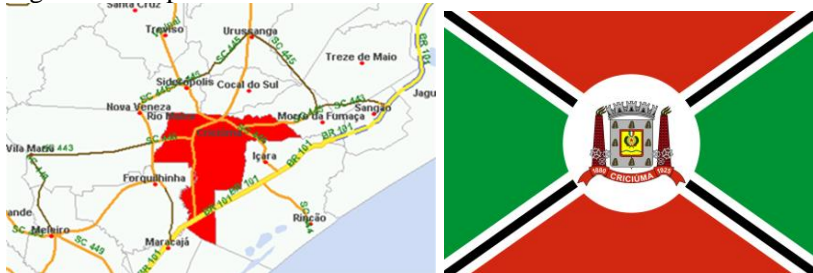
A cidade nasceu no final do século XIX, durante o ciclo da imigração europeia, e o dia 6 de janeiro de 1880 é considerado a data da sua fundação. O início da colonização do município ocorreu com a

chegada das primeiras famílias de italianos que, oriundos da Itália, vieram procurar novas oportunidades, em terras promissoras. Segundo Gasparetto Junior (2010, p. 799) “o Brasil era um local atrativo por causa de seu florescimento econômico e em consequência da propaganda realizada na Europa.”

Mais tarde chegaram à região imigrantes de outras nacionalidades, que juntos com os italianos contribuíram de forma decisiva no desenvolvimento do município. A emancipação política de Criciúma ocorreu em 1925, com o seu desmembramento da comarca de Araranguá. Nas palavras de Naspolini Filho (2007, p. 115) “no dia 16 de dezembro de 1925 ocorreu a primeira eleição política de Criciúma, então município emancipado de Araranguá.”

Com uma economia diversificada, Criciúma figura hoje como uma cidade em franco desenvolvimento, sendo uma das principais cidades catarinenses e um dos mais importantes centros econômico e industrial da região sul do estado. “O município é polo industrial em diversos setores, entre eles: confecção, embalagens, cerâmico, plástico e descartáveis, metal-mecânico, extração do carvão mineral, construção civil, comércio e material gráfico.” (PRADO, 2013, p. 46).

Figura 3 – Mapa e bandeira de Criciúma



Fonte: www.criciuma.sc.gov.br

Por ser considerada cidade referência, inclusive na educação, com suas escolas públicas, particulares e universidade, foi escolhido como texto-base deste trabalho o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Criciúma (SC).

A elaboração do plano teve início em 2001, na gestão do prefeito municipal Décio Góes (PT), e entrou em vigor em 2004, último ano de seu mandato. Nesse período, o município contava com 69 escolas da Rede Municipal e com o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Foram convidados para participar da elaboração do PPP

universidades, escolas particulares, sindicatos, conselhos municipais, Câmara de Vereadores, ONGs, escolas estaduais e a comunidade em geral.

6.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A educação no Brasil passou por reformas de ordem de gestão, política e pedagógica, sempre atendendo à demanda e às exigências do contexto histórico-social e econômico no qual a escola estava inserida. A escola pública, como instituição educacional, tem a sua organização modelada e mediada pelo discurso oficial, isto é, seu discurso deve estar em consonância com os discursos hierarquicamente superiores – nacional, estadual e municipal – que ditam as leis do sistema educacional brasileiro.

Como já foi dito anteriormente, entre as atividades pedagógicas impostas pela LDB está a criação do Projeto Político Pedagógico. Conforme Batista (2012, p. 10), “um dos documentos que tem sido elaborado para organizar as atividades pedagógicas é o Projeto Político Pedagógico (PPP).”

Faz parte do Projeto Político Pedagógico o conjunto de textos concebido para a orientação administrativa, curricular e social, com o objetivo de organizar o funcionamento das unidades escolares. Segundo Pimentel e Sant’Anna (2006, p. 80), o PPP “integra o conjunto dos textos elaborados em níveis de gestão que estão relacionados aos municípios ou à própria escola.” Em conformidade com a legislação que regula sua existência, espera-se que o PPP seja elaborado pelos componentes sociais que participam do funcionamento da instituição, isto é, a direção, os professores, os alunos e as famílias que representam esses alunos (PIMENTEL; SANT’ANNA, 2006, p. 80). “No Projeto Pedagógico ficam contidas a identidade da escola, sua intencionalidade e a revelação de seus compromissos.” (REYNAUD, 2000).

A importância da construção de um PPP está na possibilidade de se detectar e solucionar problemas referentes a cada unidade escolar, de construir conhecimentos baseados em teorias já existentes e de programar as atividades da escola em questão. O PPP tem, também, a pretensão de ser um instrumento indispensável de ação e de transformação política, educacional e social. Como afirmou Reynaud (2000, p. 2), o PPP “é em síntese, a maneira de superar e transformar o contexto existente, criando o novo, definido coletivamente, pela razão, emoção e ação.”

Portanto, construir um Projeto Político Pedagógico de uma rede de escolas municipais implica em condições essenciais: a conquista da autonomia, a participação coletiva, a reflexão sobre o cotidiano das escolas e o diálogo como mediador no processo. “Um Projeto só é Político Pedagógico, quando busca alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade.” (REYNAUD, 2000, p. 2).

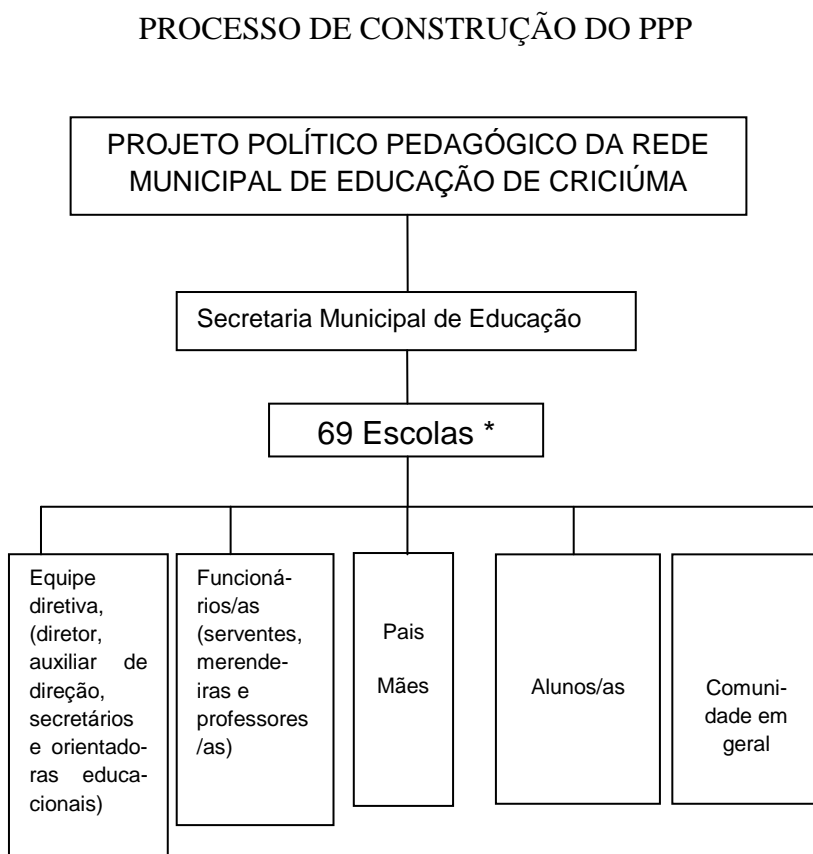
Nessa perspectiva, os textos encontrados no Projeto Político Pedagógico, num cenário de reformas educacionais mediadas pela ideologia e estimuladas pela promessa de descentralização e autonomia, são fontes inesgotáveis de sentidos, relações de força e ideologias. Esses elementos, fundamentais para a AD, possibilitam ao analista desvendar os sentidos discursivos destes textos envolvidos com a educação e a descobrir as muitas “vozes” que aparecem e formam esses discursos.

6.3 ELABORAÇÃO DO PPP DA REDE MUNICIPAL DE CRICIÚMA/SC

A Lei n. 9.394/96, no inciso I do Artigo 12, diz que “respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino”, os estabelecimentos escolares terão a tarefa de elaborar e executar o seu Projeto Político Pedagógico: o PPP (BRASIL, 1996). Ele é um documento que nasce do diálogo entre os diversos segmentos do universo escolar, para que juntos possam detectar, planejar e solucionar os problemas diagnosticados, estabelecendo, desta forma, a estrutura administrativo-pedagógica das escolas.

O quadro abaixo representa a composição organizacional montada pela secretaria de Educação de Criciúma (SC) para a elaboração do PPP de sua rede de ensino.

Figura 4 – Organograma do processo de Construção do PPP



* Em 2003 o número de escolas municipais foi ampliado de 69 para 71 escolas.
Fonte: LOURENÇO, 2014.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico foi dividida em três etapas: 1) marco diferencial; 2) diagnóstico e 3) programação. Como metodologia foram usados o questionamento e a problematização para que fossem identificadas as necessidades e a realidade local das escolas da Rede Municipal. As discussões e debates ocorreram nas unidades escolares e em espaços de plenário, até a versão final do texto. Nas palavras de Lourenço, “como recurso para a elaboração do Marco Referencial, Diagnóstico e Programação (etapas do PPP), usamos o

metodologia do questionamento e da problematização.” (CRICIÚMA, 2004, p. 41).

No primeiro momento da elaboração do PPP, cada unidade escolar trabalhou seu texto, com a participação do seu próprio quadro de colaboradores, com seus alunos e com a comunidade em geral. Lourenço afirma que “o texto foi resultado do trabalho coletivo de cada unidade escolar.” (CRICIÚMA, 2004, p. 43). No segundo momento, as 69 versões foram encaminhadas à Equipe de Coordenação Pedagógica da Secretaria de Educação, que ficou encarregada da sistematização e redação do texto final. Segundo Lourenço,

Foram momentos de muito trabalho, compromisso, envolvimento e aprendizagem. A Equipe de Coordenação Pedagógica da Secretaria de Educação esmerou-se na elaboração de metodologias de redação que fossem ao encontro do compromisso máximo: ser fiel às ideias que deram origem ao texto. (CRICIÚMA, 2004, p. 43).

Durante dez dias, no final de cada etapa da construção do PPP, foram realizados grandes plênários com a participação de delegados designados pelas escolas, que se revezavam para que pudessem acompanhar a apresentação de todas as unidades escolares e da secretaria. Em 26 de novembro de 2002, após um plenário final que durou cinco dias, foi aprovado o documento do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Educação de Criciúma, com a definição, inclusive do *slogan* do Projeto: “Por uma educação mais democrática”.

6.4 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

Um dos objetivos da Secretaria de Educação era que o PPP da Rede e o PPP de cada unidade compusessem um conjunto unificado e articulado. Nas palavras de Lourenço, “integrado quanto aos princípios e linhas de ação e articulado nas ações, para que, nesse ânimo coletivo, se chegue a bons resultados.” (CRICIÚMA, 2004, p. 51). Para que isso fosse possível, foi instituída uma Comissão Permanente para Acompanhamento e Avaliação do PPP, formada por representantes de pais, alunos, professores, diretores de escola, funcionários e Secretaria de Educação. Essa comissão tem como tarefa, segundo Lourenço, “o

desenvolvimento de instrumentos e mecanismos de acompanhamento e avaliação” (idem). O acompanhamento e a avaliação servem para corrigir rotas de atuação e criar novas ações caso algum fato novo aconteça, preservando, dessa maneira, a qualidade e os objetivos do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Criciúma (SC).

7 ANÁLISE DE DADOS – RECORTES DE TEXTOS EXTRAÍDOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Os textos, conforme a perspectiva da Análise de Discurso, são fontes inesgotáveis de sentidos. Como parte dos objetivos dessa pesquisa os recortes extraídos do PPP serão analisados explorando o sentido político, ideológico implícito no discurso escolar.

Dessa forma, levando-se em consideração os procedimentos teóricos e analíticos da AD, neste capítulo serão revisitados conceitos que nos permitirão analisar os dados em destaque. Um desses conceitos é a paráfrase, que para a AD é o discurso que se mantém em um novo discurso. Isso é, o que já foi dito em outro lugar e fica na memória discursiva. Um segundo conceito é a polissemia, que a Análise de Discurso define como a ruptura de sentido. Para Orlandi (2013, p. 36), a paráfrase e a polissemia “são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente.”

Importante lembrar que os discursos funcionam levando-se em consideração as relações de sentido. “O modo particular como a AD concebe e analisa a construção dos sentidos permite pensar o discurso enquanto fronteira, espaço onde coexistem unidade e polissemia, transparência e opacidade, fechamento e incompletude.” (HENGE; BEHENCK, 2008, p. 2). Desta forma, o discurso tem relação com outro discurso e não tem começo e fim absolutos.

Nessa pesquisa serão usados recortes extraídos do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Criciúma (SC), adotado em 2004, que serão analisados sob os conceitos da Análise de Discurso, já expostos em capítulos anteriores. A seleção de certos trechos de textos em detrimento de outros se deve a uma escolha e organização de material para análise, na busca de “pistas” que expliquem o funcionamento do discurso. Nas palavras de Orlandi (2009, p. 61), o funcionamento do discurso é “uma atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas.” Sendo assim, o sujeito falante diz, pensando para quem diz, com intenção de convencimento.

Neste trabalho vai se considerar a afirmação de que todo discurso é formulado partindo da memória sócio-histórica do sujeito falante. Esses discursos oferecem uma gama de formulações que são “a atualização e textualização da memória.” (ORLANDI, 2003, p. 15) e trazem doutrinações por conta das ideologias. Nas palavras de Vargas (2009, p. 70), os discursos são “veiculados, muitas vezes por uma voz

de autoridade e de verdade que parece harmonizar as diferentes vozes dos discursos.” Dessa maneira, como orienta a AD, o discurso vai ser pensado, fazendo sentido.

Com base nessas afirmações, pode-se dizer que o ambiente escolar é um espaço propício para a circulação de muitos discursos, muitas vozes e onde acontecem significativas relações de poder. Sendo assim, torna-se um local propício para se “ouvir” esses discursos e essas vozes, a partir da perspectiva da AD. Para Orlandi (2008, p. 26), “o gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico, enquanto o gesto do sujeito é determinado por um dispositivo ideológico.”

Dessa forma, a análise de um texto é uma escolha metodológica do analista, enquanto que para o sujeito falante o discurso é a materialização de sua ideologia. Tendo em conta as noções acima explicitadas, segue-se mostrando os textos, objetos de atenção dessa dissertação.

7.1 A VOZ DO PREFEITO

Tendo em conta as noções acima explicitadas, seguimos mostrando os textos, objetos de nossa atenção⁶. Os primeiros excertos são retirados da apresentação do prefeito, em exercício no ano de implantação do PPP. A fala da principal autoridade política da cidade é o texto que dá início ao documento. Isso já dá indícios da existência de relação de poder e autoridade encontrada na hierarquia social e política e da importância que se dá à posição de quem “diz” e de onde “diz”.

Sempre tive uma preocupação com a Educação.
(CRICIÚMA, 2004, p. 13. Grifo da autora).

Na primeira frase do discurso do prefeito, feita na primeira pessoa, já aparece, se pensarmos nas noções sobre a prática discursiva, uma clara referência a discursos políticos anteriores nos quais a preocupação com a Educação foi um dizer repetido exaustivamente. Independentemente do partido político, por ser uma obrigatoriedade governamental, a educação, frequentemente, faz parte de propaganda eleitoral e é usada como plataforma de governo. No grifo, temos uma

⁶ Todos os textos, aqui analisados, são retirados de textos contidos no PPP da Rede Municipal de Criciúma (SC) e estão anexados, na íntegra, num apêndice, no final da dissertação.

citação parafrástica que, segundo Orlandi (2003, p. 27), é “um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado.”

A paráfrase, nas palavras de Gomes (2006, p. 622), “é a repetição do dizível ligado a uma filiação político-partidária.” Isso vai ao encontro da fundamentação da AD que nos mostra que o sujeito não é o autor do que diz, mas apenas o diz de maneira diferente. Para a Análise de Discurso, a paráfrase é indispensável, porque, segundo um de seus conceitos, todo dizer vai se estruturando a partir de discursos feitos anteriormente.

Num outro momento do texto de apresentação do PPP da Rede Municipal de Criciúma encontramos, ainda na palavra do prefeito:

Para aprimorar o processo de qualificação do ensino oferecido pela Rede era preciso unificar o discurso ou sobre a escola que desejamos, ter consciência da distância que temos dela e do que é preciso fazer para diminuir essa distância num horizonte de tempo compatível com os nossos recursos humanos, financeiros, cultural, físico etc. (CRICIÚMA, 2004, p.13. Grifo da autora).

Nesse fragmento do texto podemos perceber que houve uma mudança e o discurso, feito em primeira pessoa passa a ser elaborado num tom generalizado e impessoal. Esse deslocamento aparece no discurso de cunho político-ideológico, que fala em nome de todos, para todos.

Além disso, a análise do léxico é uma das ferramentas da AD para encontrar “pistas” ideológicas dentro da análise de um discurso. O termo processo, usado no texto, insere-se numa vasta possibilidade de sentidos. Pode nos remeter a uma ação articulada, metodológica que vai na contra-mão do pensamento democrático de liberdade. Na linguagem jurídica, o termo é ligado às leis e normas. Conforme consta no Art. 29 da Lei n. 8.213/91, decretada pelo Presidente da República, processo é “uma forma sistemática de proceder, necessária ao válido exercício do poder”.

Por outro lado, “processo” pode significar movimento, desenvolvimento ou continuação. Para a Análise de Discurso, “não há sentido sem metáfora.” (PÊCHEUX, 2001, p. 94). A escolha da palavra é explicada pela AD como uma ação que permite entrever a constituição do sujeito. Para Orlandi (2012, p. 44), a metáfora “é um lugar

privilegiado em que a ideologia e a historicidade se manifestam.” As palavras significam diferentes coisas em situações diferentes.

No mesmo recorte, o uso da expressão “unificar o discurso” também dá mostra de uma incoerência discursiva. Se levarmos em consideração os conceitos da AD, podemos dizer que o verbo unificar pode adquirir diversos significados, dependendo de quem, de onde e como é usado. Nesse caso, unificar pode ser analisado e entendido como um comprometimento ao ideal democrático, que permite a discordância ou o livre arbítrio. Há nessa afirmação um deslize ideológico que nos remete a um discurso autoritário e de uniformização social e de opinião pública. Esse tipo de discurso é característico da escola, que segundo Orlandi (2003, p. 23) “atua através da convenção: o costume, que dentro de um grupo, se considera como válido e está garantido pela reprovação da conduta discordante.” Podemos dizer que, historicamente, a escola exerce um papel normatizador e disciplinador, que acaba repetindo o modelo social. Cabe à escola, também, a responsabilidade de selecionar e legitimar o saber. “Pela avaliação que a escola estabelece, atribui-se um estatuto de necessidade (de dever) e se institui, dessa forma um conhecimento valorizado, um saber legítimo.” (ORLANDI, 2003, p. 30). Dessa maneira, a expressão “unificar o discurso” nos remete a um vício social sedimentado, a um interdiscurso enraizado: o assujeitamento.

No fragmento a seguir, observa-se a indicação do tipo de escola que o documento pretende legitimar:

[...] A escola que desejamos ter, consciência da distância que estamos dela e do que é preciso fazer para diminuir essa distância num horizonte de tempo compatível com os nossos recursos humanos, financeiros, culturais, físicos, etc. (CRICIÚMA, 2004, p. 13. Grifo da autora).

Nele, podemos detectar o que na AD chamamos de “não-dito”. Esse recorte do discurso do prefeito dá margem para pensarmos que há uma tentativa de negação de tudo aquilo que foi feito na rede de educação nos períodos anteriores, nos quais outros partidos políticos ocupavam o poder. Para a análise de discurso o sujeito se coloca como autor do que diz, deixando entrever sua posição ideológica. “Há uma forma social de apropriação da linguagem em que está refletido o modo como ele o fez, ou seja, a ilusão de sujeito, sua interpelação feita pela ideologia.” (ORLANDI, 2003, p. 27).

Quando falamos de discursos políticos, podemos dizer que é um processo recorrente os partidos com comportamentos e filiações ideológicas opostas, a partir das mudanças de poder, alternarem os seus discursos. Esse mesmo dizer, dito de forma que pareça uma ruptura com o discurso anterior, é o que a AD caracteriza como a tensão entre a paráfrase e a polissemia.

Também era preciso que esse processo fosse democrático, com a participação de toda a comunidade escolar, para que tivesse continuidade e legitimidade social, que tivesse articulado com a sociedade... (CRICIÚMA, 2004, p. 13. Grifo da autora).

No primeiro grifo, mais uma vez, a escolha das palavras mostra forças antagônicas. Enquanto o “processo” remete às regras e metodologias, o conceito de “democracia” nos remete à autonomia e à liberdade. Para Orlandi (2008, p. 26), “sabemos que o sujeito se inscreve numa formação pela qual suas palavras têm um sentido sob um modo que lhe pareça como natural, como sendo o sentido-lá, transparente.”

Ao trazer à tona a participação comunitária, em uma correlação de sentido com democracia, o sujeito falante sustenta um dizer “esquecido”, que na Análise de Discurso particulariza o conceito de interdiscurso. Democracia faz parte de um desses discursos disponíveis na memória político-social que “não possuem origem definida, mas se mantêm presente nas relações estabelecidas no âmbito social.” (GOMES, 2006, p. 623). Dito de outra maneira, o sujeito se imagina autor do dizer, quando na realidade está sendo “conduzido” ou “atravessado” por uma memória discursiva.

O uso do léxico “legitimidade” também se antepõe à categoria social, uma vez que legitimar tem a conotação de dar permissão, de legalizar, de normalizar. Portanto, legitimidade social, mesmo que analisada apenas no ambiente escolar pode ser entendida como uma forma de padronização da sociedade, o que mais uma vez anula ou enfraquece o discurso de autonomia, uma das prerrogativas do PPP.

Para que tivesse continuidade e legitimidade social, que tivesse articulado com a sociedade e com as outras instâncias governamentais, outros setores do governo municipal e dentro do Congresso da Cidade, que visualiza nossa

Criciúma até 2020. (CRICIÚMA, 2004, p. 13. Grifo da autora).

Podemos notar nessa afirmação, levando-se em consideração que o PPP da Rede Municipal foi adotado em 2004, um projeto intrínseco de permanência no poder e o entendimento de perenidade do documento (PPP).

Tenho certeza de que como resultado de sua prática, teremos pessoas mais motivadas, críticas, solidárias, responsáveis, que saibam valorizar a formação, o conhecimento e os ciclos de vida. (CRICIÚMA, 2004, p. 13. Grifo da autora).

Conforme os parâmetros do Projeto Político Pedagógico, o seu teor tem como objetivo a qualidade de ensino, o crescimento de todos os envolvidos com o espaço escolar e a participação efetiva de toda a comunidade em torno. O PPP, dessa forma, é um documento que aponta como meta a realização de expectativas e ideais. Tem, portanto, um conteúdo voltado totalmente para as relações humanas.

Numa perspectiva interpretativa, podemos dizer que, para a sociedade capitalista do século atual, “resultado” remete a situações de rendimento, lucro. Para Marques (2011, p. 61), “o sujeito discursivo mobiliza determinadas formas lexicais para evidenciar uma tomada de posição enunciativa.” Dessa maneira, podemos entender a “escolha” do léxico “resultado” como uma metáfora, que nos mostra uma relação de cooperação entre a escola e o mercado de trabalho, ambos exigindo produtividade. É a educação preparando o cidadão, qualificando a mão de obra produtiva.

Ainda no exemplo acima, na primeira afirmação do prefeito, não foram levados em consideração os conflitos, as relações de poder, tão presentes nos relacionamentos humanos e nos movimentos da história e da sociedade. No segundo grifo, chama atenção a intenção de autoridade, isto é, a ilusão de que o sujeito falante é o autor do discurso. O uso do verbo “ter”, no tempo futuro, nos dá uma pista da negação de uma realidade anterior. Mais uma vez, o conceito de interdiscurso, já citado nesse trabalho, na AD, nos auxilia a interpretar o que é e o que não é dito, no discurso respeitando a opacidade da linguagem.

No grifo, “teremos pessoas mais motivadas, críticas, solidárias, responsáveis, que saibam valorizar a formação, o conhecimento e os

ciclos de vida”, aparecem, novamente, os discursos sedimentados, usados nas plataformas eleitorais. Esse modelo de cidadão é “idealizado” pelos PPPs em nível nacional, uma vez que esses objetivos vêm sugeridos pelo Estado.

Nessa primeira parte de análise dos recortes selecionados, foi possível perceber que o discurso do prefeito foi pautado, provavelmente de forma não intencional, em dizeres sedimentados nas propagandas partidárias, em falas usadas em palanques políticos. Portanto, podemos dizer que fica explicitada a teoria da AD, através de dispositivos de análise, que não há discurso sem ideologia, como explicada em capítulos anteriores.

7.2 A VOZ DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Num segundo momento, observamos e analisamos o texto de apresentação do documento, por meio das palavras da Secretaria Municipal de Educação. Nesse texto, aparece o discurso da própria Secretaria relatando os objetivos, a importância e a construção do PPP da Rede Municipal.

Foi preciso muita discussão, coragem e ousadia da equipe da Secretaria Municipal de Educação para alavancar a construção do Projeto Político da Rede Municipal de Educação de Criciúma. (CRICIÚMA, 2004, p. 15. Grifo da autora).

Nesse recorte, podemos detectar que o processo de enunciação se liga a outro processo discursivo, já existente, que na AD é tratado como interdiscurso, que reforçando, é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente.” (GOMES, 2006, p. 623). O interdiscurso organiza o discurso de forma a externar o dizer ideológico do falante.

Para Gomes (2006, p. 623), o interdiscurso “retira a centralidade do sujeito falante e integra-o ao funcionamento dos enunciados, que são sustentados por formações ideológicas.” Dessa maneira, se analisarmos os substantivos grifados no texto – discussão, coragem e ousadia – podemos perceber a repetição de um discurso político de luta de classes. Esse deslocamento discursivo para o ambiente escolar pode ser explicado por um funcionamento da linguagem explicado na AD como a tensão entre a polissemia e a paráfrase. Segundo Gomes (2006, p. 622), “apesar de os discursos serem construídos parafraseando tudo o que já foi vivenciado [...] em alguns momentos se consegue realizar uma

ruptura e experimentar um sentido novo no dito cotidiano.” Essa ruptura, para a AD, é a polissemia.

No mesmo recorte, a análise do léxico construção nos remete, metaforicamente, a uma ideia de obra e trabalho braçal, um cenário diverso do ambiente escolar, embora a expressão “construção do conhecimento” já seja de uso corrente. Entretanto, esse deslize vem ao encontro do que nos diz Orlandi (2003, p. 22) sobre os discursos vinculados à escola: “convertem hierarquias sociais em hierarquias escolares e com isso legitimam a perpetuação da ordem social.” Um outro olhar sobre a opção das palavras nos mostra que elas, historicamente, se institucionalizam de tal forma que passam a ter uma correlação natural, em algumas situações específicas. “A *institucionalização* de um sentido dominante lhe atribui o prestígio de legitimidade e este se fixa, então no centro: o sentido oficial (literal).” (ORLANDI, 2003, p. 162). Nesse ponto de vista, a conotação de *construção* ligada à *educação* foi assimilada e sedimentada.

Vejamos o próximo excerto:

Seria mais fácil encomendar um projeto pronto e bem escrito. (CRICIÚMA, 2004, p. 15. Grifo da autora).

Um dos dispositivos da Análise do Discurso é pensar na linguagem não em seu caráter linguístico, mas sim no seu funcionamento produzindo sentido. Orlandi (2003, p. 117) reforça essa afirmação quando diz que “o que importa é o funcionamento da linguagem, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso.”

Com base nesses conceitos, e levando-se em consideração que o recorte acima foi retirado do texto da Secretaria de Educação do município e, portanto, fala em nome da instituição pública, podemos analisá-lo, tentando acompanhar sua construção. Como um discurso não nasce em si, mas é uma resposta a um discurso anterior, dá para suspeitar que exista uma crítica na afirmação do recorte. *Seria mais fácil encomendar*, pode ser interpretado como uma “denúncia” às autoridades anteriores, que possivelmente teriam usado o subterfúgio da encomenda. De outra forma, se usarmos o deslocamento dos sentidos⁷, outro

⁷Deslocamento dos sentidos é a ruptura de processos de significação (Orlandi, 2003).

dispositivo da AD, podemos entender que a Secretaria, através do seu porta-voz, considerou difícil a tarefa de montar o PPP. De qualquer forma, nos dois sentidos há, mais uma vez subentendido, o não-dito, porque, segundo Orlandi (2003, p. 42) “os sentidos não estão nas palavras nelas mesmas. Estão aquém e além delas.” Para a AD, o discurso não é apenas transmissão de informação, mas funciona como uma fonte de sentidos entre interlocutores.

Vejamos mais um recorte:

A Assessoria garantiu que o processo fosse transparente e livre de qualquer manipulação. A disputa ocorreu no campo das ideias e argumentos. (CRICIÚMA, 2004, p. 15. Grifo da autora).

No primeiro grifo podemos perceber que a Secretaria de Educação, no texto de apresentação do PPP, mostra a sua posição hierárquica no processo de implantação do documento. A Análise de Discurso, nas palavras de Fairclough (2001, p. 58), “preocupa-se não apenas com as relações de poder, no discurso, mas, também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição [...]”

Se analisarmos a escolha pelo verbo garantir, que pode significar prometer ou responsabilizar-se, podemos interpretar que a Secretaria, falando em nome da instituição que representa, se coloca como a autoridade que decide e que tem legitimidade no que diz. As relações de poder ganham especial importância “em decorrência da hierarquização presente na sociedade, o que faz com que elas se enraízem no poder social desses diferentes lugares, determinando o que pode ser dito, como pode ser dito e a quem pode ser dito determinada coisa.” (GOMES, 2006, p. 624). Quando o assunto é relação de poder, sempre é levado em consideração o lugar de onde o sujeito fala, uma vez que esse lugar está ligado ao que ele diz e o que ele diz está apoiado na posição (lugar) de onde ele fala.

No segundo grifo, onde é dito que o processo será transparente e livre de qualquer manipulação, há, mais uma vez, uma criticidade, que nos remete aos debates políticos em épocas de eleições, nos quais as agressões mútuas e as denúncias de corrupção e fraudes são recorrentes. O discurso político tem como uma das suas características uma constante alteração de sentidos, dependendo das circunstâncias e dos

opositores na ocasião. Se, por deslocamento, ação permitida pela AD, substituirmos transparência e não manipulação por honestidade, podemos dizer que há, na afirmação acima, uma confirmação da acusação dirigida aos antecessores. Esse recorte pode ser interpretado, também, se lembrarmos que o país havia recém saído de um regime militar autoritário, no qual não se estava livre de manipulações e ações ditatoriais.

Por último, no mesmo excerto, aparece o substantivo disputa. Se pensarmos no seu significado, vamos relacioná-lo com luta, concorrência, rivalidade. Segundo Gomes (2006, p. 622), “partidos com comportamentos e filiações ideológicas opostas, ao longo do tempo e a partir de mudanças nas posições de poder, alternam seus discursos entre paráfrase e polissemia.” Dito em outras palavras, os discursos políticos proferidos em nome da/pró coletividade são uma representação do já-dito, enunciados por oradores que pensam ser a fonte do dizer. E se pensarmos, por outro lado, na palavra disputa, como fazendo sentido em ações de militância, podemos dizer que os discursos políticos não representam tão somente a busca dos interesses sociais, mas significam por outro lado, uma luta pelo poder.

A discussão nas escolas, a partir das temáticas levantadas, contaram com a participação de vários autores, e nem sempre a quantidade se fazia presente, mas a qualidade foi o elemento central das discussões. (CRICIÚMA, 2004, p. 15. Grifo da autora).

Revisitando os conceitos da AD, podemos dizer que no primeiro grifo – vários autores – está subentendido um número incontável de vozes. Se levarmos em consideração que não há discurso sem ideologia, a multiplicidade de vozes nos leva a pensar em multiplicidade de discursos, de ideologias e de sentidos. Essa pluralidade de vozes, que se entrecruzaram na construção do PPP, pode ser entendida, também, como um fortalecimento e uma legitimação do documento.

Seguindo os grifos no mesmo excerto, é possível detectar um “ato falho” na afirmação nem sempre a quantidade se fazia presente, provando que a linguagem, não sendo transparente, pode deixar entrever em suas manifestações aquilo que não é dito, o esquecimento. Nas palavras de Orlandi (2013, p. 35), “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.” Dessa

forma, quando o enunciador diz que nem sempre a quantidade estava presente, ele poderia dizer que houve, em algumas ocasiões, o esvaziamento de público nos plenários, para a discussão de elaboração do PPP. Para a AD, o que se diz e o modo como se diz não são indiferentes aos sentidos e à história do sujeito falante.

Esse documento vivo expressa os anseios e desejos e os sonhos daqueles que querem uma educação pública com maior qualidade e mais inclusiva. (CRICIÚMA, 2004, p. 16. Grifo da autora).

No recorte acima, novamente é identificado o interdiscurso que nos remete aos discursos que tratam a educação como uma tábua de salvação social. Esse tipo de discurso é usado com frequência pela mídia, pela escola, pela igreja e é comum a todos os partidos políticos, principalmente em períodos eleitorais. Como foi dito anteriormente, para a AD, esse é um dizer sedimentado, cujo sujeito falante se considera autor do que está enunciando. Por consequência, podemos afirmar que a fala da Secretaria nada mais é do que um dizer parafrástico, político-social muito conhecido e recorrente.

O uso das palavras *qualidade* e *inclusiva*, usadas repetidamente durante todo o documento do PPP, só vem reforçar a percepção de que educação é um tema frequentemente citado e explorado, sem que, no entanto, projetos sejam desenvolvidos e consolidados. A escolha do léxico, nesse recorte, nos permite interpretar a ideologia do sujeito falante.

O uso de substantivos como *anseio, sonhos e desejos*, aterrissa num discurso com muitos clichês, que aparece em múltiplos ambientes sociais, um discurso usado em muitos tipos de propaganda, inclusive as que estimulam o consumo. Mais uma vez, escola e economia se entrelaçam e dividem a mesma fala. Segundo a AD, o que é dito (PPP) num contexto (escolar), num ambiente cheio de regras, relações de força e obediência (escola), circula de forma a ter um caráter de legitimidade e ganha a força de lei.

Em mais um excerto:

É compromisso de TODOS a concretização do PPP da Rede Municipal de Educação de Criciúma. (CRICIÚMA, 2004, p. 16. Grifo da autora).

Nesse recorte, a colocação do pronome indefinido ***TODOS*** em letras maiúsculas e em negrito, ligado a *compromisso*, tem um sentido de convocação. Essa postura de obrigatoriedade deixa evidente as relações de forças entre o Estado, as instituições e a sociedade. Para Foucault (1979, p. 289), os programas políticos públicos passam “pelas necessidades e aspirações da sociedade, identificadas não só pelo aspecto quantitativo de demanda, mas, principalmente, pelo aspecto qualitativo para garantir a sua sustentabilidade.”

Por conclusão, apesar dos discursos em defesa da autonomia, da liberdade e da participação comunitária na construção do PPP, a presença desse ***TODOS***, no texto, tem sentido de um grito de ordem, que parte da Secretaria de Educação da Rede Municipal.

7.3 A VOZ DO ASSESSOR

Os próximos recortes foram retirados do texto escrito por Celso Vasconcellos, Doutor em Educação pela USP e Mestrado em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP, convidado a assessorar o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico do município. Celso Vasconcellos que é, conforme Gadotti (2002, p. 7), “um dos melhores alunos de Paulo Freire”, milita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e traz para o documento os conceitos freirianos sobre educação. Vasconcellos, inclusive, fez parte do instituto que leva o nome do pedagogo. A triangulação Paulo Freire, Celso Vasconcellos e Décio Góes - prefeito da cidade - todos seguidores da mesma bandeira partidária, define o tom político do PPP da Rede, que vem sendo mostrado nesta pesquisa com o destaque de palavras, de textos que nos dão as diretrizes para a análise. Segundo o site oficial do partido, “O PT surgiu com a necessidade de promover mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas”. O discurso petista sobre política pública está ligado ao combate à miséria e à promessa de oferta de novas oportunidades para o cidadão. Historicamente, a educação é considerada um desses caminhos de transformação.

É, também, característica do discurso petista esse tom inaugural, negando as ações anteriores, uma forma de apagar a história da rede pública de ensino. Essa ideologia fica bem evidente na nota de rodapé, no PPP da Rede Municipal, nas palavras das organizadoras. (CRICIÚMA, 2004, p. 105) “em 2004, data da publicação do documento do PPP, a realidade político-social é diferente. Em 2002 foi eleito presidente do Brasil Luiz Inácio da Silva: a conjuntura político-

econômico-social passa por alterações”. Desta forma, baseado nesse contexto político e nas ligações entre as pessoas envolvidas na elaboração do PPP, é que serão analisados os recortes seguintes.

No primeiro excerto, tirado do discurso do assessor, encontramos:

Trata-se de um produto, fruto de um processo de muita coragem e ousadia, sobretudo pela decisão de se fazer juntos, de se elaborar coletivamente. (CRICIÚMA, 2004, p. 17. Grifo da autora).

No primeiro grifo aparece novamente o léxico *produto*, fortemente ligado à industrialização, a mercado e ao capitalismo, ideias combatidas por partidos de esquerda, posição, publicamente assumida pelo PT. Para a Análise do Discurso, isso é característica do esquecimento, que é explicado como uma relação natural entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de forma que o sujeito falante pensa que só poderia se dizer o que foi dito dessa maneira. Para Orlandi (2013, p. 35) “é chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos.” O esquecimento, para a AD, mostra que os discursos já estão em andamento e que somos nós que nos inserimos neles e não ao contrário.

No grifo seguinte, o uso dos substantivos *coragem e ousadia* no documento reflete o pensamento, de se colocar como um agente idealizado e idealizador, com capacidade de romper com a realidade e provocar mudanças. É sabido que esses mesmos argumentos são usados em outros discursos, em outros partidos. Porém, essa dissertação analisa e leva em consideração a fala de alguém ligado ao PT. Desta forma, sabendo-se que a interpretação faz parte do alicerce teórico da Análise de Discurso, é permitido pensar nos sentidos possíveis às palavras *coragem e ousadia*. “A análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação.” (ORLANDI, 2013, p. 26). Deste modo, a forma de dizer significa na “voz” do falante. *Coragem e ousadia* têm, nesse caso, o significado ligado à luta, discurso muito usado na militância de esquerda.

No próximo fragmento do texto encontramos

Obtido um consenso, cada escola da Rede enviou seu texto. (CRICIÚMA, 2004, p. 17. Grifo da autora).

Nesse recorte podemos observar o uso do léxico *consenso*. Pode-se definir consenso como resultado de uma negociação, porém, é possível também, levando-se em consideração a teoria da AD, pensar em conformidade, em padronização, sem que se leve em consideração as especificidades, as diferenças do ser social. A unanimidade e a uniformização de ações e pensamentos dentro de uma instituição como a escola, entram em confronto com os conceitos de autonomia e democracia, apregoados pelo PPP.

Contrariamente à ideia de querer mostrar que foi dada voz a todos os participantes da elaboração do documento, a palavra consenso neutraliza a pluralização de opiniões, apaga as vozes discordantes. Para a AD, segundo Orlandi (2013, p. 34), “ao falarmos, nos filiamos a redes de sentidos, mas não sabemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente.” Desta forma, podemos dizer que a “escolha” do que é dito e como é dito é resultado da história e da ideologia do sujeito falante.

Em um novo recorte:

Mas sabemos que a construção da democracia é um grande desafio. Na vida humana concreta, é extremamente difícil a questão de relações de poder. (CRICIÚMA, 2004, p. 17. Grifo da autora).

Para a Análise de Discurso, a memória está ligada ao fato de que todo discurso está ligado a um discurso já dito anteriormente. Desta forma, alguns conceitos se cristalizam no tempo, sem que tenhamos certeza da sua origem e de seu significado. Podemos dizer que um desses conceitos, que encontramos último recorte, refere-se ao léxico democracia. Para Orlandi (2012, p. 171) “para que nossas palavras façam sentido é preciso que já signifiquem, que se produzam em uma memória discursiva, que possam ser interpretadas.” No entanto, conforme a AD, no sujeito falante, há duas formas de esquecimento, pelas quais esse “passado linguístico” é apagado. A primeira, que faz com que ele se enxergue como autor do discurso, desconsiderando “que os sentidos não começam nele.” (ORLANDI, 2012, p. 171). A segunda acontece quando o sujeito falante esquece que interpreta o que já foi dito, deixando transparecer a ideologia. Nas palavras de Orlandi (2012, p. 171), “o sujeito se posiciona, ele se faz (um lugar) uma posição em relação a uma memória do dizer.” É o que a AD chama de interdiscurso.

Desta maneira, é importante entender que o interdiscurso pode ter dois caminhos: o mesmo e o diferente. O diferente está relacionado com as diversas interpretações e sentidos, que acontecem no decorrer da história. O mesmo, chamado pela AD de arquivo, é a memória institucionalizada. Para Orlandi, (2012, p. 172) “no arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relação de forças.”

Sendo assim, podemos dizer que democracia tem um sentido institucionalizado, de tal forma que faz parte de qualquer discurso político-partidário, obedecendo a um condicionamento social, que define o que deve ser dito e para quem deve ser dito. “Numa sociedade como a nossa, com a forma de nossa história, há tendência em se sobrepôr o arquivo sobre o interdiscurso no funcionamento discursivo.” (ORLANDI, 2012, p. 172).

No recorte acima, democracia, que tem como um dos seus principais sentidos a liberdade, antepõe-se aos termos seguintes, grifados, onde o autor do texto fala em desafios e em relações de poder.

No excerto seguinte:

Cada um de nós, de forma mais ou menos sutil ou consciente, tende a sentir-se como o portador por excelência da verdade, que “naturalmente” precisaria ser seguida pelos demais, sob pena de o avanço de o progresso não vir (os “iluminados” na frente e os “pobres mortais” atrás...). (CRICIÚMA, 2004, p. 17-18. Grifo da autora).

Como já foi citado anteriormente, lembrando a teoria da AD, cada texto é aberto, nos leva a incontáveis caminhos de interpretação e permite lacunas a serem preenchidas pelo leitor. No recorte acima, ao se expressar, dizendo que a construção da democracia é um grande desafio, mais uma vez percebemos, levando-se em conta o olhar político dado a essa afirmação, um discurso de negação do que foi construído anteriormente, como se o sujeito falante se considerasse o autor do dito.

Para a Análise do Discurso, essa forma de reeditar um discurso já feito anteriormente é explicada pela intertextualidade. Para Possenti (2009, p. 135), “o conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gênero, discursos) para gerar novos textos.” Desta forma, a AD ajuda a descobrir os outros textos que estão presentes, implicitamente, no texto sob análise.

Também é possível notar, nos textos recortados, que o assessor se contradiz quando fala sobre a participação da equipe, na elaboração do PPP. Em contraponto com o significado de consenso, no excerto anterior, Vasconcellos deixa entrever a dificuldade em trabalhar em grupo e cita a questão de relações de poder. Essa dificuldade é reforçada quando ele “denuncia” que a pessoa pode sentir-se como o portador por excelência da verdade. Nesses recortes, podemos falar das relações de poder, que permeiam toda a sociedade e que estão igualmente presentes no universo da educação, levando-se em consideração a constituição hierárquica escolar.

A AD, com base em Foucault, destaca em sua teoria essa questão, uma vez que compreende as relações presentes na escola, onde o “poder disciplinar” demonstra sua eficácia. Nas palavras de Guiraud (2008, p. 4): “a organização escolar é penetrada por relações de poder e dominação, refletidas em sua cultura e nos saberes que a alimentam.” Diante disso, pode-se dizer que, nesse ambiente, os envolvidos tanto influenciam, como são influenciados no processo de mudança social.

No último grifo desse recorte, os “iluminados” na frente e os “pobres mortais” atrás..., há um tom de ironia, onde fica explícito que algumas pessoas no processo se consideravam mais esclarecidas (“iluminados”) e, portanto, mais aptas para definir o conteúdo do documento, em detrimento daquelas com menos conhecimento (“pobres mortais”). Mais uma vez, as relações de poder são colocadas em xeque, sugerindo, inclusive, que o não cumprimento das metas sugeridas no PPP colocaria em risco a chegada do desenvolvimento social. Para a Análise de Discurso, o não-dito é tão importante e traz tantas informações interpretativas como o que é dito. É o que a AD entende como a opacidade da língua.

No próximo recorte encontramos:

Muitas vezes, criticamos o autoritarismo do outro até o momento em que assumimos uma posição na qual temos condições de exercer de forma mais eficaz o poder. A ordem ou determinação que passamos a estabelecer, como que por um passe de mágica, deixa de ser autoritária, por estar eivada de “busca do bem comum”, de “compromisso com o grupo” etc. (CRICIÚMA, 2004, p. 18. Grifo da autora).

Nesse segmento de texto podemos entrever a ideologia do sujeito falante, se observarmos que ele faz críticas ao autoritarismo que vem do “outro”, mas que nele e para ele é permitido porque justifica os seus objetivos. A frase “a ordem ou determinação que passamos a estabelecer, como que por um passe de mágica, deixa de ser autoritária”, demonstra um discurso de alguém ou partido, que se considera um “salvador” ou “herói”, que vem em defesa daqueles que não têm forças para se defender. A Análise de Discurso, nas palavras de Gomes (2006, p. 621) “vincula a linguagem ao seu contexto e, desta forma, adota a realidade da enunciação como dialógica e como centro organizador da expressão externa, localizada no bojo da ideologia.” Na visão do sujeito falante, uma vez que o fato está relacionado com a “busca do bem comum” e o “compromisso com o grupo”, exercer o poder passa a ser uma atitude aprovada e reconhecida.

Analisando um segundo grifo do mesmo recorte, entendemos que o sujeito falante se contradiz e “admite” que há uma forma “eficaz” e possível de poder, ao dizer que “assumimos uma posição na qual temos condições de exercer de forma mais eficaz o poder”. A relação “posição” versus “poder” é amplamente discutida pela AD, que nos diz que o sentido do texto é explicado pelo lugar social ocupado pelos interlocutores. Segundo Orlandi (2008, p. 58), “de acordo com a análise do discurso, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.”

Na perspectiva de Eni Orlandi, “o discurso implica o lugar de onde se fala, a pessoa que fala, o que “esse lugar”, esse sujeito, representa na sociedade. Desta maneira, identificada a posição social do sujeito falante, é possível perceber o que ele disse, sua ideologia e a argumentação usada, nesse caso, dentro do contexto da educação.

Em mais um destaque:

É certo que, para alguns dos participantes, tais procedimentos, às vezes, tornavam-se um tanto cansativos, mas com um pouco de boa vontade quase tudo se resolveu a contento. (CRICIÚMA, 2004, p. 18. Grifo da autora).

No recorte acima, mais uma vez, podemos falar da opacidade da língua, lembrando que a AD “permite pensar o discurso enquanto fronteira, espaço onde coexistem unidade e polissemia, transparência e opacidade, fechamento e incompletude.” (HENGE; BEHENCK, 2008,

p. 2). Ao analista cabe “descobrir” os equívocos e as falhas, que mostram o funcionamento da língua, e “encontrar” o sentido das palavras, que, conforme Silva (2008, p. 41), “estão para além do que se encontra explícito no texto.”

Portanto, para compreender e interpretar o discurso é necessário que se conheça as circunstâncias em que ele foi proferido, o momento histórico e ideológico que influenciou a sua criação. Para Silva (2008, p. 41) “na palavra se inscreve o não-dito, o que não é verbalizado, mas que está ali, configurado no espaço do branco do papel; guarda segredos nas entrelinhas, gerando um silêncio que suspende o entendimento e aguça a criatividade.” Desta forma, os termos grifados podem nos mostrar que o autor do texto tenta diminuir o peso das dificuldades encontradas na elaboração do PPP, principalmente se observarmos o caráter social no processo (relações de forças).

No próximo excerto:

Cada escola tinha seu Projeto Político Pedagógico e continuaria a ter; o que estávamos construindo era o projeto da Rede Municipal, portanto, num outro nível institucional.
(CRICIÚMA, 2004, p. 19. Grifo da autora).

Na análise desse recorte vamos salientar que, mais uma vez, o assessor/autor do PPP da Rede Municipal deixa transparecer a relação de força, agora identificada na hierarquia, uma vez que ele diz que o documento oficial (prefeitura) tem supremacia sobre os PPPs elaborados nas escolas, por seu quadro de funcionários. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o poder disciplinar tem posição de destaque nos discursos e nas ações, sendo o personagem principal das relações que compõem o universo escolar. Para Foucault (1999b, p. 88) a hierarquia “permite a articulação de um *poder* com um *saber*, que se ordena em torno da *norma*, do que é ou não normal, do que é correto ou incorreto, do que se deve ou não se deve fazer.”

Continuando a seleção de textos:

É processo; só com ousadia e humildade elaboraremos produtos para nos ajudarem a trilhar esse caminho tão desafiador da educação.
(CRICIÚMA, 2004, p. 20. Grifo da autora).

Como já foi dito anteriormente, o sentido da linguagem está na interpretação, pois ele não existe independentemente. É função da AD “desnaturalizar os sentidos, problematizando-os.” (HENGE; BEHENCK, 2008, p. 5). Desta forma, analisando os termos grifados no recorte acima, é possível identificar a relação da língua com a história e a relação do sujeito com o sentido. *Processo e produtos* são, como já citados anteriormente, palavras que nos remetem a produtividade, mercado e opressão, um discurso capitalista que é completamente contrário aos ideais dos governos populares.

O texto, cujo teor discursivo e político defende as minorias, comprova, segundo a AD, que o sujeito é “constituído pela língua, atravessado pelo inconsciente, portanto, dividido, clivado, heterogêneo; nele, a contradição, a dispersão, o equívoco, a descontinuidade, a incompletude e a falta são estruturantes. (ORLANDI, 2005; PÊCHEUX, 1997). Desta forma, podemos dizer que os sentidos aparecem e são articulados entre o linguístico e o histórico, perpassados pelo interdiscurso, isto é, um dizer já constituído, dito de forma diferente, materializando a ideologia. Para Henge e Behenck (2008, p. 1) “é na relação do sujeito com a exterioridade, mediada por práticas sociais simbólicas, que podemos compreender os processos de significação materializadas no discurso.”

Num segundo grifo, o surgimento das palavras *ousadia* e *humildade*, contrariamente ao destaque anterior, nos leva ao espírito da filosofia dita de esquerda, que historicamente, defende a luta e a participação popular nas decisões públicas. Deslocando os sentidos dos vocábulos, podemos entender que há uma pretensão democrática que atravessa o documento. Para a AD, essa conjunção entre língua e história é que produz o sentido. Sendo assim, “o discurso se define na/pela determinação da língua pela história, tomadas como materialidade, na qual o sujeito - afetado duplamente - está presente” (HENGE; BEHENCK, 2008, p. 3).

No terceiro e último grifo do recorte acima, o uso da metáfora *caminho* ligado à educação e a dificuldades (*desafios*), nos faz acreditar que o documento (PPP) demonstra fragilidade e incompletudes. Para a AD, “as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2007, p. 26) e ganham força, uma vez que partem do assessor no processo de elaboração do documento.

Nos recortes seguintes:

Quando resgatamos alguns elementos descritos no Marco Situacional (relações internacionais altamente injustas, concentração de renda, desemprego, corrupção, crise de valoração, consumismo, etc.), há o risco de tendermos ao desânimo.

[...] Por outro lado o Marco traz sinais de resistência, de luta, de presença da esperança nos movimentos sociais: é a vida se recusando a sucumbir. É nesse quadro extremamente complexo e desigual que o Projeto Político Pedagógico se situa. (CRICIÚMA, 2004, p. 20. Grifo da autora).

Nos dois recortes acima, o sujeito falante permite que se detecte a ideologia partidária do PT, uma vez que ele faz uso, no texto, do mesmo teor político-discursivo. Se lido o Estatuto do Partido dos Trabalhadores, podemos encontrar um discurso argumentativo, que repudia o sistema econômico nacional e internacional e se coloca como um salvador dos oprimidos. O uso do verbo *resgatar*, conforme a AD, mostra como o orador quer se fazer entender, deixando que se veja, no não-dito, toda a carga ideológica que transparece na fala.

Ao citar as *relações internacionais altamente injustas, concentração de renda, desemprego, corrupção, crise de valoração, consumismo etc.*, o assessor deixa entrever sua posição ideológica. Para Possenti (2009, p. 17) “o modo de apresentar os eventos não é uma questão de verdade ou de realidade, mas de um modo do locutor integrar a ação em seu sistema ideológico.”

Contrapondo-se à crítica, Vasconcellos, fazendo mais uma vez uso da fala petista, enaltece as “virtudes” daqueles que querem mudanças, mais justiça e igualdade. A presença de palavras e expressões como *resistência, luta, esperança, movimentos sociais, vida se recusando a sucumbir*, deixa transparecer a marca do discurso de esquerda, conclamando a classe trabalhadora para uma “batalha” contra a opressão. “O trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento, pois é só quando passa para o anonimato que no dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido.” (ORLANDI, 2013, p. 49).

O discurso político, como todo discurso, é sempre ideológico e tem sempre um texto argumentativo, que tenta seduzir o eleitor, que fala em nome do bem comum e fundamenta-se em decisões sobre o futuro, prometendo o que pode vir a ser feito. Para Buttignon (2010, p. 9) o

discurso político “procura impor suas ideias, os seus valores e projetos, recorrendo à força persuasiva da palavra, através de recursos estéticos como certas construções, metáforas, imagens e jogos linguísticos.”

De acordo com a história, os discursos políticos sofrem constantes mudanças, adequando-se às circunstâncias do momento. Em períodos eleitorais, mais fortemente, têm em comum a promessa de soluções para os grandes problemas sociais e o “compromisso” de suprir satisfatoriamente as necessidades mais elementares do cidadão.

E por fim:

Evidentemente, por si, o documento nada pode. Sua força será diretamente proporcional ao número de pessoas que, no seu espaço – pessoal e institucional – de (considerando que, como seres de relação, ninguém tem autonomia absoluta, toda autonomia é limitada), o tomarem como referência para a caminhada da Rede Municipal. (CRICIÚMA, 2004, p. 20. Grifo da autora).

O último recorte do assessor que implantou o PPP da Rede, *por si, o documento nada pode*, mostra o que a AD entende como a relação entre o texto e o leitor. Uma vez exposto, o dito passa a ser passível de ser usado de maneiras interpretativas diferentes, pelos diferentes leitores. Todas as promessas de realizações sociais e mudanças, desta maneira, são divididas com todos que fizeram parte do processo de elaboração, de forma *proporcional ao número de pessoas* que seguirem na *caminhada*. Para a AD, o sujeito é “constituído pela língua, atravessado pelo inconsciente, portanto, dividido, clivado, heterogêneo; nele, a contradição, a dispersão, o equívoco, a descontinuidade, a incompletude e a falta são estruturantes.” (PÊCHEUX, 1997, *apud* Silva, 2008, p. 40). Desta forma, podemos “ouvir” o não-dito, uma vez que ele é também uma forma de discurso, com sentido, ideologia e historicidade.

Diante do apresentado, é possível dizer que no texto de apresentação do PPP da Rede Municipal de Educação, escrito pelo assessor do processo de elaboração do documento, a escolha das palavras e as estruturas discursivas se apresentam de maneira que expressam a posição e a ideologia do autor.

7.4 AS RAZÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP

Seguindo a mesma linha de análise, são extraídos segmentos do texto-discurso de apresentação do Projeto Político Pedagógico, intitulado “As razões para a construção e etapas do PPP”, entendendo que ele nos dá uma visão da relação entre a discursividade na escola e alguns conceitos fundamentais da Análise de Discurso.

A organização escolar, historicamente, tem por um lado, uma função social considerada fundamental para a formação e para o crescimento do ser humano. Sistemáticamente, é função da escola mediar e repassar os conhecimentos produzidos ao longo dos tempos aos alunos, procurando, dessa forma, contribuir para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, o ambiente escolar, se revisitado nos mais diversos períodos da história da humanidade, é perpassado por relações de poder e dominação, de posições hierárquicas e disciplinares. Dessa forma, “a escola, assim, define espaços, subdivide e recompõe atividades, capitaliza o tempo e as energias dos indivíduos pela disciplina, de maneira que sejam susceptíveis de utilização e controle.” (GUIRAUD; CORRÊA, 2009, p. 6535).

Sendo assim, podemos dizer que a organização escolar é uma reprodução estrutural da sociedade vigente, o que provoca, segundo Orlandi (2003, p. 23), “uma circularidade de discursos (escola, discurso, poder, escola), que só pode ser quebrada pela crítica.” Posto dessa maneira, podemos dizer que a organização escolar é o espelho da realidade econômica e o retrato da realidade sócio-política das sociedades modernas.

Indiferentes às inúmeras reformas sociais que se sucederam ao longo da história (Revolução Francesa de 1789, Revolução Comunista de 1917, as inúmeras reformas políticas do pós-guerra, Revolução Cultural de 1968), as instituições sociais acabaram por reproduzir os mesmos mecanismos que queriam superar.

Nesse quadro se encontra a escola, que persiste “na recomposição de relações hierárquicas e disciplinares, no jogo de forças que se estabelecem intra e interinstitucional, ainda buscando formar indivíduos dóceis e produtivos.” (GUIRAUD, 2009, p. 6). Além disso, a educação tornou-se um discurso institucionalizado e engessado, a serviço de propaganda eleitoral, usada como plataforma política, com as repetitivas promessas de mudanças e ascensão social.

Diante do exposto, tendo-se em vista os conceitos da Análise de Discurso, é possível analisar o texto de apresentação do PPP da Rede

Municipal de Criciúma como uma releitura dos discursos sobre a educação e descobrir neles as vozes que os constituem. Nas palavras de Orlandi (2012, p. 10), “a relação teoria/método/procedimentos analíticos/objeto são inseparáveis e devem ter, entre si, uma relação de consistência.” Para a AD, todos os elementos conceituais, tais como sujeito, sentido, ideologia, são interdependentes e formam a rede que possibilita compreender e interpretar os discursos.

Como foi dito anteriormente, a elaboração do documento do PPP da Rede Municipal de Criciúma (SC), foi feita durante uma administração do PT, juntamente com outros partidos, cuja coligação foi denominada Frente Popular. Dessa forma, num trabalho analítico e interpretativo, conseguimos enxergar no texto, que é a materialidade do discurso, a ótica ideológica de partidos de esquerda, que fundamentada em seus ideais, idealiza a educação. Para Possenti (2009, p. 17), “o modo de apresentar os eventos não é uma questão de verdade ou de realidade, mas de um modo de o locutor integrar a ação em seu sistema ideológico.” Dito de outra maneira, o sujeito varia as características de sua enunciação e, conseqüentemente, os efeitos e as formações discursivas de acordo com “crenças” que fundamentam as suas formações ideológicas.

Nos grifos extraídos do texto de apresentação do PPP: “traz no bojo da sua história a luta, após vinte anos de história, de luta e militância política, governo Popular e espaços coletivos, participativos e democráticos” fica caracterizada a linha discursiva e a visão petista da sociedade. Esse recorte também pode nos remeter ao um discurso pós-ditadura militar, época em que a liberdade de expressão e de participação foram tolhidas. Nas palavras de Gomes (2006, p. 621), “o enunciado depende do tema tratado e das condições de produção desse discurso.”

Nesse processo de análise, aos moldes da AD, é preciso ficar atento, de maneira especial, para a paráfrase presente no texto em destaque. Esse dispositivo é muito importante para a AD, pois “todo dizer vai se estruturando a partir de famílias parafrásticas, que dão continuidade espaço-temporal ao sentido constituído em algum ponto da linha histórica do indivíduo ou da sociedade.” (GOMES, 2006, p. 621).

A paráfrase se manifesta, no texto, na repetição do já dito, quando o assunto é educação, ao considerar a escola um espaço democrático, que “possibilita o exercício de distribuição do poder, de justiça, de compromisso, de responsabilidade e ajuda a construir nossa identidade”. Contudo, a repetição cristalizada do discurso, partindo de quem diz e de onde diz, abre espaço para equívocos e rupturas, que são

definidos pela AD como polissemia. Para Orlandi (2013, p. 36), “toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas.” Dessa forma, o discurso sobre educação, partindo de um partido que se autodenomina “governo popular”, como o PT, vai estar repleto de elementos que remetem o leitor às ideologias do partido. Assim, a presença de ideias como: acesso, a permanência e sucesso dos educandos; a gestão democrática e a qualidade social de vida, e o uso repetido de palavras como luta, militância, democracia e injustiça comprovam essa ideologia.

Vale citar, também, que a presença dessas palavras, no texto, caracteriza a metáfora, que segundo a AD “é a tomada de uma palavra pela outra, através de um mecanismo de transferência que estabelece o modo como as palavras significam.” (GOMES, 2006, p. 623). Sendo assim, cada vocábulo permite, antes de tudo, que os sentidos se mostrem atribuídos ao sujeito que fala. Todo dizer é ligado em torno do sujeito e do sentido, uma vez que o discurso é formado por ambos, através da linguagem, da ideologia e do inconsciente. Para Silva (2009, p. 31), o discurso é “o lugar privilegiado de materialização de contradições ideológicas de grupos e de classes sociais.”

Outro sinal discursivo no grifo acima, é o fato das palavras estarem escritas em negrito, numa intencional tentativa de chamar atenção para elas. Desta forma, o enunciado adquire uma característica de propaganda, como encontrada nos *slogans*, assunto visto posteriormente nessa dissertação. É um discurso que cria expectativas de mudanças, direcionado para um público alvo, que, por sua vez, se identifica e se entusiasma com a mensagem.

As palavras “luta e militância” historicamente nos remetem a embates entre classes sociais, a confronto entre a burguesia produtora e a classe operária. Segundo a AD, isso caracteriza a memória discursiva, o interdiscurso. Para Gomes (2006, p. 623), “o que particulariza o interdiscurso é o esquecimento e a posterior disponibilização desses já ditos esquecidos que não possuem origem definida.” A atenção voltada para os conceitos de participação, cidadania e realidade social injusta nos levam a pensar na dualidade que envolve capitalismo *versus* socialismo, regimes políticos com diferentes ideologias. Cada uma dessas palavras adquire sentido levando-se em consideração quem fala, de onde fala e para quem fala, levando-se em conta as relações de força. Para Orlandi (2013, p. 43), “os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja.”

Outro indício que lembra um inter(discurso) é o aparecimento sistemático de palavras com sentido de transformação e ascensão social, como se pode ver nas frases: “a participação no espaço escolar possibilita o exercício de distribuição do poder, de justiça, de compromisso, de responsabilidade e ajuda a construir nossa identidade e porque, como sujeitos históricos, podemos refletir e gerar ações que interfiram e transformem nossa sociedade”.

Dessa forma, compreender a formação discursiva é básico na análise de discurso, “uma vez que permite compreender o processo de produção dos sentidos, sua relação com a ideologia e ainda a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.” (MONTEIRO, 2008, p. 5).

Concluindo, do ponto de vista da sua discursividade, o texto apresenta um tom de discurso inaugural, o surgimento de uma nova era que surgirá com a implantação do PPP. O texto apresenta uma divisão que, por um lado, diz que há um universo de pessoas que vivem numa dura realidade e, por outro lado, um sistema político-social que se isentava de removê-los dessa situação.

Essa divisão se manifesta na materialidade do texto, pelo uso de um vocabulário que demonstra a ideologia do partido que assumiu a prefeitura e que evidencia as suas crenças referentes às diferenças entre as classes sociais, numa sociedade que eles entendem como discriminatória, dominadora e exclusiva.

7.5 A COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – COR E SLOGAN

A leitura reflexiva de um enunciado é complexa, se levarmos em consideração a mensagem a ser transmitida, o modo de transmissão, a argumentação, o entendimento e o que desejamos como resposta. Não é diferente, se o enunciado a ser analisado for um *slogan*, desenvolvido pela Secretaria de uma Rede Municipal de Educação. Os objetivos desse tipo de mensagem são a clareza, a concisão, a simplicidade. Mas, o *slogan*, para encontrar eco, precisa ser impactante e deve ser condizente com o repertório e o contexto social do receptor da mensagem. Segundo Hauptmann (2012, p. 2), as teorias de comunicação “resumem o sistema na constituição de quatro elementos básicos: quem diz, o que diz, por qual canal, a quem se diz. Os textos de *slogans* possuem estratégias que remetem o leitor a percorrer caminhos repletos de valores, ideias e ideais.”

Dito dessa maneira, o *slogan* não é apenas um simples recurso publicitário, mas é, antes de tudo, um modo de ordenar, orientar e mudar pensamentos e comportamentos. Nas palavras de Hauptmann, “o *slogan*, como os jargões e ditados populares, é uma repetição que fala ao inconsciente pela interdiscursividade do já-dito e do não-dito” (2012, p. 3). O *slogan* joga com os sentidos das palavras, procurando convencer os receptores da mensagem, seguindo regras de comunicação. Para Rêgo (2013, p. 3), essas regras são importantes na interpretação dos enunciados, “uma vez que na busca de sentidos, não se investiga apenas o texto em sua estrutura interna, mas também todo o envoltório social, o que lhe é externo e o que contribui para a produção efetiva dos sentidos.” Para a AD, como dito anteriormente, os sentidos refletem a ideologia, as condições sociais e a historicidade do sujeito falante.

Para fazer sentido, o *slogan* precisa representar os valores de segmentos, dentro da sociedade. Para Hauptmann (2012, p. 5), é preciso que o enunciado “faça parte do patrimônio cultural do público a que se dirige, suscitando um já-dito.” Para cada ambiente social, publicidade, empresa, o *slogan* tem um objetivo a ser alcançado. Na política, ele aparece para fazer com que o eleitor acredite que certa candidatura ou partido seja a melhor escolha, para que convença que haverá melhorias e mudanças.

Nesse raciocínio, podemos dizer que o *slogan* escolhido pelos colaboradores na construção do Projeto Político da Rede Municipal de Criciúma também segue essa determinação e tem em seu enunciado uma intencionalidade discursiva, para atingir o seu público-alvo. Para a Análise de Discurso, as palavras não têm um sentido ligado à sua materialidade. Contudo, todo enunciado pode torna-se outro, diferente de si mesmo, deslocando-se para resultar num outro enunciado (PÊCHEUX, 1997). Dessa maneira, todo dizer pode mudar de significado, dependendo da interpretação de quem o recebe, sempre se levando em consideração a ideologia dos sujeitos do discurso.

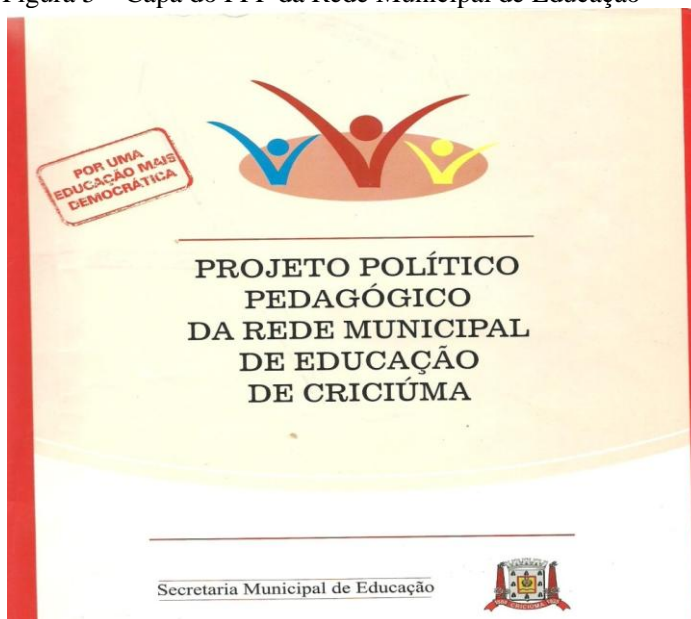
Para o exercício de análise de um *slogan*, Orlandi (2013, p. 26) sugere o dispositivo de deslocamento, que segundo a autora, “visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos.”

Sendo assim, pretendemos levantar uma reflexão sobre o *slogan* da Secretaria de Educação de Criciúma, lembrando que o PT foi o partido que assumiu a prefeitura na gestão 2004. O *slogan* escolhido e que passa a ser analisado enuncia: “*POR UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA*” (capa).

Para uma melhor compreensão dos possíveis sentidos que há no *slogan*, é preciso considerar a necessidade de um conhecimento prévio sobre as condições de produção do mesmo, de uma noção histórica e do contexto político-social, de forma que possa esclarecer a formulação discursiva.

O *slogan* da Secretaria aparece na capa, na qual foi usada a cor vermelha, do livro em que foi publicado o Projeto Político Pedagógico, em letras também em vermelho. Historicamente, o vermelho é uma cor que nos remete a movimentos revolucionários, de luta e é a cor oficial do PT. Dessa maneira, a escolha das cores já tem um significado político, relacionado à luta e à militância do próprio partido, que está assumindo o poder municipal. Segundo Possenti (2009, p. 162), “a cor produz um enunciado, ao lado dos enunciados textuais.”

Figura 5 – Capa do PPP da Rede Municipal de Educação



Fonte: CRICIÚMA, PPP da Rede, 2004.

Num outro olhar, na análise, podemos ver que o *slogan* aparece no canto superior da capa, como se fosse carimbado nela. A palavra carimbo tem origem africana (*karimbu*) e denomina a marca feita a ferro que os escravos africanos traziam no corpo, mostrando que os impostos e taxas já haviam sido pagos ao governo. Dessa forma, carimbo, por

definição, significa marca, autenticação e validação. Ele pressupõe uma hierarquia e o uso da autoridade, do poder.

Para a AD, os dizeres não são transparentes e deixam vestígios a serem apreendidos. Mesmo que se autodenominem de esquerda, o uso do *slogan* em forma de carimbo traz em sua memória uma história de uso do poder e legitimação, um recurso que busca tornar o documento autoral. Mais uma vez, podemos lembrar do conceito da AD, o interdiscurso, isto é, o já-dito em outros tempos e em outro lugar.

O uso do *slogan* em forma de carimbo apresenta uma contradição discursiva, na alegada posição de esquerda do partido, e é explicado por Orlandi (2013, p. 32) como “alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas vozes, no jogo da língua.”

Seguindo com a análise, o *slogan* tem uma argumentação implícita de convencimento, de mudança de comportamento do outro, de propagação de uma ideia, conceito ou valor. Nas palavras de Hauptmann (2012, p. 4), o *slogan* “é considerado, como enunciação, um produto de interação entre indivíduos socialmente organizados. Portanto, um fenômeno que não existe fora de um contexto sócio-ideológico-comunicacional.”

A escolha das palavras, a relação entre educação e democracia, são pistas do contexto em que o enunciado foi produzido. Para Hauptmann (2012, p. 5), “além de se materializar nos *slogans*, os discursos dominantes se caracterizam também nas frases de efeito e nas palavras que impelem a uma ação prática, as palavras de ordem.”

A linguagem, como diz a AD, não é transparente e um dizer sempre pode ser proferido de outra forma, com outras palavras, uma vez que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro.” (PÊCHEUX, 2002, p. 53). Dessa forma, o *slogan* escolhido pela Secretaria de Educação e que reflete a tendência histórico-ideológica do partido no poder poderia ser escrito de maneira diferente, com significados também diferentes, refletindo outras ideologias e outros momentos históricos. Para Orlandi (2013, p. 28), “daí deriva a riqueza da Análise de Discurso ao permitir explorar de muitas maneiras essa relação do simbólico, sem apagar as diferenças [...]”

Dessa maneira, se fizermos um exercício de deslocamento de significação, com o uso da metáfora, poderíamos descrever o *slogan* “Por uma educação mais democrática” de outras maneiras. Todavia,

antes disso, é importante lembrar que o *slogan* foi escrito num cenário político petista. Sendo assim, a cor vermelha com a qual o texto foi escrito é associada à cor do partido, que na cronologia política está relacionada à luta e à militância. Segundo Orlandi (2013, p. 29), “a cor vermelha está ligada historicamente a posições revolucionárias.” Nesse raciocínio, outra cor ou a escolha de outras palavras teriam um significado diferente.

Nesse sentido, cabe aqui uma reflexão sobre a propaganda política e a língua de Estado, que “é o modo pelo qual ele dá sentido a si mesmo.” (ORLANDI, 2012, p. 107), dito de outra maneira, uma língua que representa o “pensamento” do governo, em que manobras de propaganda psicológicas são postas em prática. Para Orlandi (2012, p. 108), “a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos.” Por isso, podemos dizer que os *slogans* têm como finalidade prometer e convencer, falando com palavras que provocam sentidos e necessidades. O enunciado-base de uma propaganda, segundo Orlandi (2012, p. 131), opera da seguinte maneira: “é de *x* que você precisa, sendo esse *x* um arrebanhador de desejo e este *você* diluído em ‘para todos e ninguém’.” Dessa forma, o dizer do *slogan* político fala para a massa, mas passa, intencionalmente, uma ilusão de individualidade.

Para a Análise de Discurso, as palavras falam com palavras, “sempre plural, sempre capaz de ser outro o sentido.” (ORLANDI, 2012, p. 134). Nesse caminho, para um exercício de análise, vamos ver com que outras palavras o *slogan* “POR UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA” fala. Seguindo um princípio da AD, o da paráfrase, que significa dizer a mesma coisa em outras palavras, dá para reescrever esse *slogan*, de modo que ele passasse a ter sentidos diferentes. Nas palavras de Possenti (2009, p. 163), “significar uma coisa ou outra depende de se tratar de um discurso e não de outro, de um conjunto de condições de produção e não de outra, de certas instâncias enunciativas etc.” Assim, por substituições, o *slogan* poderia variar para outras formações discursivas.

De volta ao cenário para o qual foi destinado o *slogan* em questão, podemos entender que a escolha da palavra democracia vem ao encontro do pensamento do governo petista, que defende uma gestão voltada para o povo. Por definição, democracia é um regime de governo em que todas as importantes decisões políticas estão com o povo. Dessa maneira, a formação discursiva na frase “por uma educação mais democrática” se antepõe à formação discursiva da sentença “por uma educação mais aristocrática” e nega, discordando, por consequência, da elitização da educação. É preciso identificar a posição daquele que o

escreve, pois para Orlandi (1988, p.58) “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas formações se inscrevem.”

Seguindo nesse caminho de associações, é sabido que a AD permite que a interpretação analítica do discurso derive para outros sentidos e outras formas de dizer. Dessa maneira, podemos pensar na educação, objetivo social do *slogan*, trazendo à luz a alfabetização, uma questão constante no contexto social e da história da educação brasileira. A alfabetização é, portanto, um dos sentidos da educação e está relacionada, socialmente, com a chave de entrada no mercado de trabalho. Orlandi (2012, p, 140) afirma que

A questão da educação, analfabetismo, é só um déficit a ser corrigido, não é uma questão de que apela para uma ruptura social. E que a questão do trabalho é só uma questão de capacitação, treinamento e não de educação. Relação fragilizada de educação e trabalho (trabalhador).

Nesse sentido, a educação, no *slogan*, é apresentada com um dizer generalizado, sem que por si só, se mostra capaz de provocar uma ruptura na cadeia social. Se, por um lado, a educação tem em sua “essência” a promessa de formar um sujeito cidadão no seu sentido mais amplo, por outro, é responsável pela formação do sujeito capacitado para o trabalho. Disso se conclui que “o efeito de pré-construído se consoma.” (ORLANDI, 2012, p. 142) e o sujeito, que poderia ter consciência de sua capacidade de intervenção social, fica apenas na condição de ligação com o trabalho. Ele se vê mais capacitado para o trabalho e mais produtivo, menos crítico e reflexivo.

Para concluir, por trás da construção discursiva do *slogan*, aparecem as representações econômicas, políticas e socioculturais, onde se ouvem as vozes das instituições responsáveis pelos discursos. Apesar da tentativa de proclamar uma educação acessível a todos, o *slogan* abre espaço para a análise dos não-ditos e das falhas, que são, para a AD, fontes inesgotáveis de sentidos. O *slogan* “Por uma educação mais democrática” cumpre seu papel de propaganda de governo, ao pretender promover a inclusão social, a mudança e a construção de cidadãos conscientes, caindo na armadilha “da ideologia da globalização, onde todos são cada um e ninguém.” (ORLANDI, 2012, p. 127). Dessa forma, perpetua-se a formação discursiva, a promessa da redenção pela

educação, sem que haja, no entanto, um comprometimento real de como se dará a mudança e a definição de quem se quer transformar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise de Discurso, apesar de ser uma ciência recente, tem sido usada por diferentes setores da produção de conhecimentos. Ver a língua do ponto de vista discursivo é ir além das fronteiras das abordagens linguísticas ou gramaticais. O discurso é o objeto de estudo da Análise de Discurso e está intrinsecamente ligado à língua, à história e à ideologia. Em cada Formação Discursiva está o que já foi dito, o que foi silenciado, o dito diferente. Dessa forma, analisar enunciados é relacioná-los com outros enunciados, é transportá-los para outro momento, é dar a eles outro sentido. Pensar na língua é pensá-la incompleta, opaca, é pensar nela fazendo sentido. A AD não tem a pretensão de buscar nos discursos o sentido verdadeiro, pois o exercício da análise discursiva é trabalho de interpretação.

Para a AD, é necessário que se procure os sentidos, sempre em aberto, que atravessam os discursos e que estão impregnados nos sujeitos falantes. Vale lembrar que os sentidos dependem, também, das condições de produção e da interpretação do receptor. Sendo assim, o discurso (e o sujeito do discurso) visa transmitir uma mensagem, na busca de um objetivo específico e premeditado, concretizado na interpretação do sujeito ouvinte.

Baseado nesses pressupostos da Análise de Discurso, essa dissertação procurou responder os objetivos a que se propôs. Primeiramente, identificou os diferentes significados da linguagem, entendendo o discurso além da simples abordagem linguística, através da visão de estudiosos da língua, numa trajetória que culmina na Análise de Discurso no Brasil, que tem em Eni P. Orlandi um dos seus maiores expoentes.

Num segundo momento, esta pesquisa se preocupou em destacar elementos e conceitos, que serviram para que se conhecesse a Análise de Discurso como ciência. Alicerçados nesses conceitos, foram analisados recortes extraídos do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Criciúma (SC), *corpus* desta dissertação, sob um viés político, que atravessa o documento. Analisar os discursos sobre educação a partir das perspectivas da AD pode ajudar a compreender as políticas educacionais e partidárias, historicamente entrecruzadas no cotidiano escolar

Depois de apresentar a Lei Nacional que rege o Projeto Político Pedagógico, todo o processo de implantação do PPP da Rede Municipal, de conhecer o contexto histórico-social e o espaço no qual ele foi produzido, esta dissertação passou a explicar como foram construídos os

sentidos nas vozes e nos discursos dos responsáveis pela elaboração do documento.

Por conclusão, diante do que se pode observar, podemos dizer que os discursos que representam as vozes oficiais do governo municipal, apesar de tentar quebrar alguns paradigmas políticos e sociais, acabam repetindo os discursos que, historicamente, foram feitos sobre a educação, sobre o papel da escola e sobre o sujeito-cidadão. Sendo assim, esses elementos que fazem parte do discurso sócio-educativo acabam sendo, apenas, um eco da ideologia propaganda-partidária.

Por outro lado, é importante salientar que a Análise de Discurso defende e destaca que o discurso não tem um início específico, que ele se entrelaça com outros discursos e que não tem um final definido. Dessa forma, a reflexão sobre educação se abre de forma infinita, como um campo fértil, pronto para apresentar novas descobertas. Com base nessas afirmações, uma vez que essa pesquisa entrecruza educação, linguagem, discurso e análise de discurso, cabe dizer que a AD pode ter um papel relevante na escola e na formação do seu corpo docente e discente. Língua e linguagem podem ser apresentadas respeitando-se as suas diferentes manifestações, de maneira que o aluno possa distingui-las e entendê-las.

De outra forma, tendo em vista que não há neutralidade nos signos, a Análise do Discurso pode ajudar a problematizar a maneira de ler, fazendo com que o aluno-leitor ultrapasse os limites das perguntas e repostas óbvias e entenda que o discurso abre possibilidades de muitas interpretações. Essa liberdade de questionar e sair dos limites, muitas vezes engessadores da interpretação, pode ser um dos caminhos para a formação de um cidadão mais crítico e formador de opinião, objetivos contidos nos PPPs e tão almejados pelos educadores. A criticidade e a oportunidade de poder lançar um olhar para além das fronteiras estabelecidas são atitudes que provocam, de maneira gradativa, uma mudança cultural de comportamento.

E assim, podemos dizer, parafraseando ORLANDI (2013), que essa pesquisa abre uma perspectiva onde a linguagem se apresenta, não como evidente e translúcida, onde a ideologia se materializa não para ocultar a realidade, mas para estruturar a significação. Uma pesquisa que mostra o lugar do discurso, como um lugar do sujeito, da significação e da história. A Análise do Discurso, dessa forma, oferece um imenso espaço de novas descobertas.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, Ângela Cristina. Projeto político pedagógico em enunciação política: uma análise da prática discursiva docente. **Espaço do Currículo**, v. 3, n. 2, p. 663-668, set. 2010/mar. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/download/9674/5262>>. Acesso em: 24 ago. 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- BAQUERO, Fabíola Gomide. **O fracasso escolar de jovens e adultos e o imaginário social**. Universidade Católica De Brasília Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Brasília, Novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/165/TeseseDissertacoes/Ofracassoescolardejovenseadultoseoimagin.pdf>>, Acesso em: 24 abr. 2015.
- BARROSO, J. Autonomia das escolas: cinco anos e cinco ministros depois. **Revista Educação e Matemática**. Porto n. 73, maio e junho de 2003. Disponível em: <<http://www.apm.pt/apm/revista/educ73/Editorial73.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.
- BATISTA, Keila Cristina. **Projeto político-pedagógico: análise do referencial teórico produzido após o período de 1990**. 2012. 131 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR.
- BEDIN, Brigitte. **Os pioneiros da escola Nova, Manifestos de 1932 e 1959- semelhanças, divergências e contribuições**. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=brigitte+Bedin+os+pioneiros>>. Acesso em: 16 maio 2015.
- BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a história das rupturas**. 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 21 set. 2014.

BRAIT, Beth (org). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Bakhtin**: conceitos-chave. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Analisando o discurso**. Texto a ser publicado no Portal de Língua portuguesa, coord. Prof. Dr. Ataliba de Castilho. s/d. Disponível em: <www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Brandao_AnalisandoODiscurso.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. **Analisando o discurso**. Museu da Língua Portuguesa Estação da Luz, 2009. p. 1-28. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf>. Acesso em: 27 ago.2014.

_____. Análise do Discurso: Um itinerário Histórico. In: PEREIRA, Helena B. C.; ATIK, M. Luiza G. (orgs.) **Língua, Literatura e Cultura em Diálogo**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/brand005.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 14 set. 2014.

_____. **LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5. ed. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394>. Acesso em: 21 set. 2014.

BUTTIGNON, Paulo Alberto dos Santos. **A Argumentação No Discurso Político**, Tupã, SP, 2010, Pesquisa apresentada ao Curso de Letras, Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas. Orientadora: Prof^{ra} Andréa Scavassa Vecchia Nogueira. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-argumentacao-no-discurso-politico/54961/>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

CAREGNATO, Rita C. A; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto e Contexto Enferm.** Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

CORREA, Vanessa Loureiro. **Leitura e produção de texto.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

CRICIÚMA. Prefeitura Municipal de Criciúma. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal Educação de Criciúma.** Leila Lourenço, Regia Siqueira et al. (org.). Criciúma: UNESC, 2004. 197 p.

DANNER, Fernando. A Genealogia do Poder em Michel Foucault, **IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUCRS**, 2009, Programa de Pós-Graduação em Filosofia; Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; PUC-RS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Filosofia/71464-FERNANDO_DANNER.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos. **Veredas, Rev. Est. Ling**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1 e n. 2, p. 95-111, jan./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo32.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica.** Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Disponível em: <www.academia.edu/4764807/Foucault_michel._o_sujeito_e_o_poder>. Acesso em: 24 set. 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**, Izabel Magalhães coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão) 320 p., 21cm . Tradução de Discourse and social change

FERNANDES, Regina Maria de Sousa. Editorial. **Gest. Ação**, Salvador, v.8, n.1, p.5-6, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.academia.edu/834114/Reforma_educacional_exclus%C3>

A3o_e_racismo_na_Bahia>. Acesso em: 17 abr. 2015.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**. v. 24, n. 48, Porto Alegre: UFRGS, 2010, p. 17-34. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/download/2636/17316>>. Acesso em: 19 set. 2014.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau. 1999.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GASPARETTO JUNIOR, Antônio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO INTEGRALISMO, 4.; SIMPÓSIO DO LAHPS IDEIAS E EXPERIÊNCIAS AUTORITÁRIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, 3., 2010. **Anais...** Juiz de Fora: 2010. p. 796-813, Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahps/files/2010/11/Anais_do_III_Simp%C3%B3sio_do_Laborat%C3%B3rio_de_Hist%C3%B3ria_Pol%C3%ADtica_e_Social.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

GIROUX, Henry A; McLAREN, Peter. A educação de professores e a política da reforma democrática. In: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Trad. por: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOMES, Antônio Marcos Tosoli- O Desafio da Análise do Discurso: os dispositivos analíticos na construção de estudos qualitativos, **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 620-626, out/dez 2006. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v14n4/v14n4a20.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações. **Alfa**, São Paulo, n. 39 p. 13-21, 1995. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile>

/3967/3642>. Acesso em: 13 jun. 2015.

GREGORUTTI, Neto. **A construção do projeto político-pedagógico na escola:** o instituído e o instituinte. 2011. 111f. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto (SP). Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=GREGORUTTI+NETO.+A+constru%C3%A7%C3%A3o+do+projeto+pol%C3%ADtico-pedag%C3%B3gico+na+escola%3A+o+institu%C3%ADdo+e+o+instituinte>>. Acesso em: 16 maio 2015.

GUIRAUD, Luciene. **As relações de poder na organização escolar:** um estudo sobre a construção da subjetividade. 2008. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2235-8.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

GUIRAUD, Luciene; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Leitura sobre a escola:** relações de poder, cultura e saberes. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2200_1295.pdf>. Acesso em: 28 out. 2015.

HAUPTMANN, Claudemir. **Sociedade Panfletária Por Trás dos Slogans – o mais do mesmo nos discursos hegemônicos.** 2012. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/hauptman-claudemir-sociedade-pafletaria-por-tras-dos-slogans.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

HENGE, Gláucia da Silva; BEHENCK, Rosângela Leffa. **O discurso da Análise do Discurso: quando língua e história se encontram.** 2008. Anais do CELSUL, Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/08/lingua_e_historia.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

IBGE. **Cidades@.** 2016. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2016.

KRONKA, Graziela Z. Análise do discurso e linguística textual: interação e interdiscursividade. In: ENCONTRO DO CELSUL, 5., 2003. **Anais...** Curitiba: 2003. p. 589-594. Disponível em:

<<http://www.celsul.org.br/Encontros/05/pdf/081.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

LEITE, Jan Edson Rodrigues. **Fundamentos da linguística**. UFPB, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/fundamentos_de_linguistica_1359991629.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.

LOURENÇO, Leila; SIQUEIRA, Regia (Org.). **Projeto político pedagógico da Rede Municipal Educação de Criciúma**. - Criciúma: UNESC, 2004, 197 p.

LUIZETTI, Daiane. **Cartilha da Revisão do Artigo 29 da Lei 8.213/91**, abril de 2009, Clube de Autores Editora. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=AN9JBQAAQBAJ&pg=PA23&lpg=PA23&dq>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

MALAVAZI, Maria Márcia Sigrist. **A construção de um projeto político pedagógico**: registro e análise de uma experiência, Campinas, SP: [s.n], 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros Textuais**: definição e funcionamento, Rio de Janeiro, Lucerna, 2002.

MARQUES, Welisson. Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso Face aos Novos Suportes Midiáticos. **Revista Eletrônica de Linguística**, v. 5, n 1 p. 58,73, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/12277/8054>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

MARTINS, Ângela Maria Souza. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO NEB/NEPHEB. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 35, p. 173-182, set. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/tsc_angela.pdf>. Acesso em 24 set. 2014.

MEDEIROS, Laércia Maria Bertulino de; SILVA, Eliane de Moura. Análise de discurso do projeto político pedagógico de um curso de licenciatura em física. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA

EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2009. Disponível em: <posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienepec/pdfs/674.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

NASPOLINI FILHO, Archimedes. **De Crescúma a Criciúma: 1880 - 1960**. Criciúma: Ed.do autor, 2007

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Gramática**-história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**, São Paulo: Cortez, Campinas, SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Discurso e Texto- formação e circulação dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **O que é Linguística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia/ Eni Puccinelli Orlandi**, 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**. 2016. Disponível em: <<https://www.pt.org.br>>. Acesso em: 25 maio 2016.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, M e HAK, F (Ed.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

PÊCHEUX, M. Análise automática do Discurso. In: Gadet F. Hak T, organizadores. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2001, p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso** – Estrutura e acontecimento - tradução

Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel; HAROCHE, Claudine & HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. Págs. 13-31.

PERINI, Mário A. Sobre língua, linguagem e Linguística: uma entrevista com Mário A. Perini. **ReVEL**. v. 8, n. 14, p. 1- 12, 2010. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_14_entrevista_perini.pdf>. Acesso em: 18 maio 2015.

PEY, Maria Oly. **A escola e o discurso pedagógico**. São Paulo: Cortez, 1988.

PIACENTINI, Ébano. Entenda o Maio de 68 francês. **Folha de São Paulo**, 2008 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2008/04/396741-entenda-o-maio-de-68-frances.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PIMENTEL, Cristina; SANT'ANNA, Vera Lucia de A. Das dúvidas da interlocução: a quem se dirige um plano político pedagógico? Universidade do Estado do Rio de Janeiro, **Linguagem & Ensino**, v. 9, n. 2, p. 79-99, jul./dez. 2006.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do Discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito / Sírio Possenti - São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PRADO, Emanuel Marcos Cruz e. **Contos Catarinenses**, 1. ed. Lages, SC, 2013.

RÊGO, Safira Ravenne da Cunha. **As relações ideológicas e interpretativas presentes no slogan do sabão em pó OMO**, Publicado em 24 de fevereiro de 2013 em Sociedade e Cultura. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/as-relacoes-ideologicas-e-interpretativas-presentes-no-slogan-do-sabao-em-po-omo/104375/>>. Acesso em: 02 out. 2015.

REYNAUD, Rose Margareth. **Projeto Político Pedagógico escolar**: Instrumento de Mudança ou a Própria Mudança? A escola do Ceará,

uma experiência a ser compartilhada. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

RIBEIRO, Luis Filipe. O conceito de linguagem em Bakhtin. **Revista Brasil**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://revistabrasil.org/revista/artigos/crise.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SILVA, Maria Abádia da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dezembro 2003.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem**, 2008.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e. Sobre a Análise do Discurso. FATEC. **Revista de Psicologia da UNESP**, Ourinhos, v. 4, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/30/55>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político- pedagógico da escola: uma construção possível**. 22. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.